



REIS
e. f.
P.D.
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Relatório de Gestão

2012

Índice

1. Introdução	3
2. Organização do Município	4
2.1 Órgãos de Administração do Município 2010-2013	4
Câmara Municipal – Órgão Executivo	4
3. Recursos Humanos	6
3.1 Introdução	6
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2006/2012	6
3.3 Absentismo	12
3.4 Recrutamento e Seleção	13
3.5 Formação Profissional	14
3.6 Projetos no âmbito das medidas de incentivo e apoio ao emprego do IEFP	15
Contratos Emprego -Inserção:	15
Estágios Profissionais e Curriculares	15
Situação Económica/ Financeira	17
Introdução	17
4. Análise da Execução Orçamental	18
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	18
4.2 Receita	24
Estrutura e Evolução	24
Execução Orçamental	31
4.3 Despesa	35
Estrutura e Evolução	35
Execução Orçamental Despesa	43
Despesa com o Pessoal	48
Fundo Social Municipal	53
Transferências Correntes e de Capital	55
Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:	57
Aquisição de Bens de Capital	58
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa	62
4.5 Indicadores Económico - Financeiros	63
4.6 Endividamento	64
Balanço	70
Demonstração de Resultados	76
Custos	77
Proveitos	78
6. Aplicação de Resultados	80
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício	81
8 - Contabilidade de Custos	82
9. Considerações Finais	86

1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei N.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2012, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea c), do n.º 2, do Artigo 53º e na alínea e), do n.º 2, do Artigo 64º, do Decreto- Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

À Assembleia Municipal compete, por seu lado, nos termos do n.º1, do art.º.47º, da Lei, n.º2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), a sua apreciação e votação - Controlo Político, cabendo ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no n.º1, do art.º 51º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento, artigo 50º da supra referida Lei.

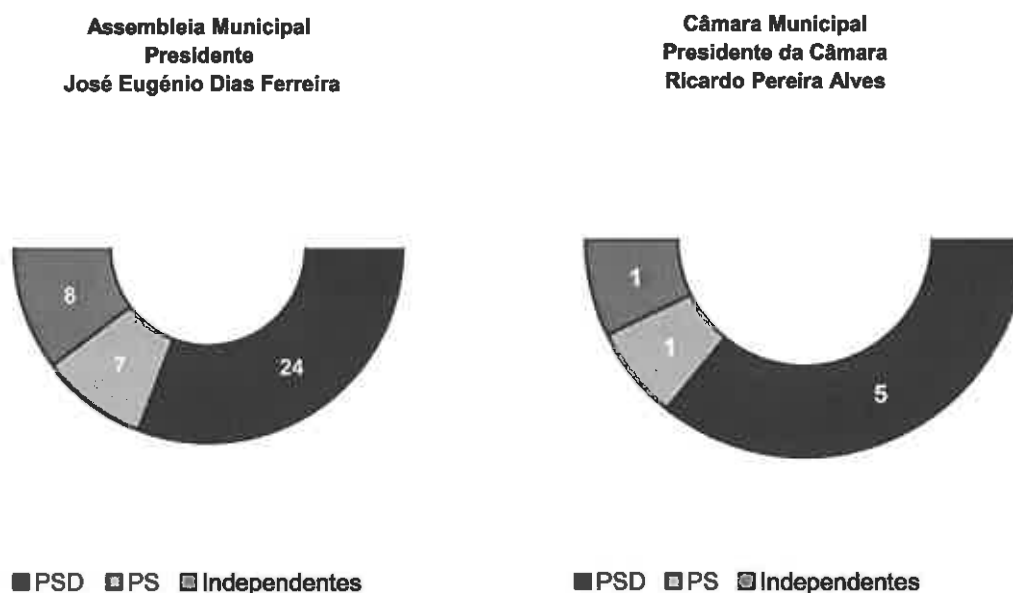
Para além das obrigatoriedades legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2012.

Este Relatório traduz os resultados de um Plano e Orçamento, que dada a conjuntura nacional e internacional, foi bastante condicionado.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2010-2013



Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 39 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 18 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

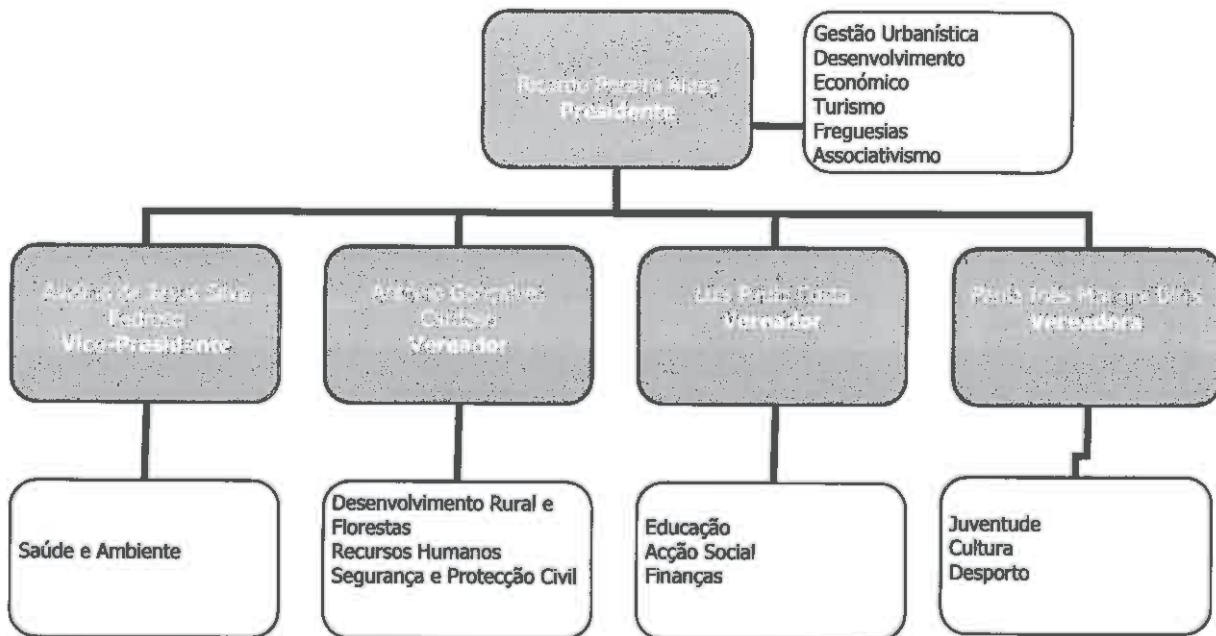
De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 25 de Fevereiro, 21 de Abril, 23 de Junho, 29 de Setembro e 15 de Dezembro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2012 a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.

RPAS
P
He
Ed. Rodrigues
A



Vereadores sem Pelouros Atribuídos



Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Chefe de Gabinete: Paulo José Gomes Rodrigues, Eng.

Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

À semelhança dos anos anteriores, o ano de 2012 continuou marcado pela reforma estrutural da Administração Pública portuguesa expressando-se através da diminuição da despesa pública, redução do emprego público e controlo rigoroso da massa salarial, política que abrangeu necessariamente também a Administração Local fazendo com que os Municípios se reorganizassem face à diminuição do número de trabalhadores.

A concretização das medidas de austeridade implicou que o Município de Arganil reduzisse pelo menos 2% do número trabalhadores ao serviço e considerasse a excecionalidade dos recrutamentos efetuados não deixando porém de intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar o serviço público na satisfação dos cidadãos.

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2012 foi direcionada também para a consolidação da despesa na área, a dotação de maior estabilidade e equilíbrio na rotação do pessoal e para a aposta na melhoria das competências, qualificação e flexibilidade dos seus trabalhadores no sentido de proporcionar a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

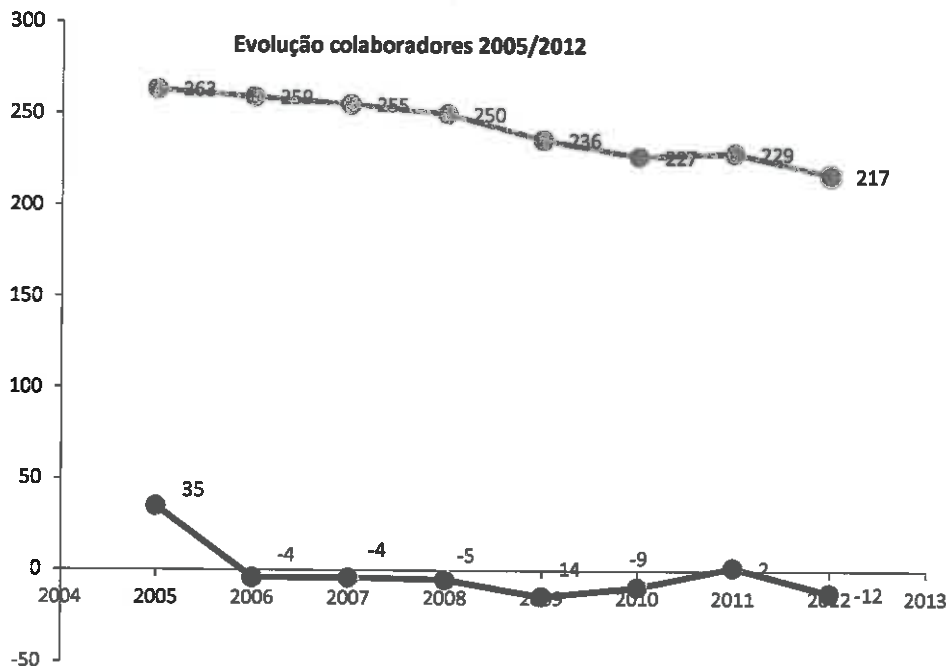
A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2012, evidencia o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências.

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2006/2012

Ao longo dos últimos seis anos foi registada uma diminuição do pessoal ao serviço da Autarquia, relativamente ao ano de 2012, verificou-se um decréscimo de 12 trabalhadores, perfazendo 217 (inclui membros do Gabinete de Apoio à Presidência, excecionala trabalhadores em licença sem remuneração por período superior a 6 meses, eleitos locais e trabalhadores integrados em medidas de apoio e incentivo do IEFP), número que superou em larga medida a redução imposta pela Lei do Orçamento de Estado de 2012.

Quadro Comparativo 2006/2012

	2006	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.	2010	Var.	2011	Var.	2012	Var.
Nomeação Definitiva	200	186	-14	185	-1								
Contrato Administrativo de Provisão	1	0	-1	0	0	178	-7	200	0	202	2	195	-7
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	2	11	9	22	11	22	0						
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	41	41	0	40	-1	33	-7	25	-8	25	0	19	-6
Requisições a Outros	1	1	0	0	-1								
Requisições de Outros	1	0	-1	1	1								
Destacamentos	0	2	2	0	-2								
Cedência Especial CMA	1	1	0	0	-1								
Comissão de Serviço												2	2
Mobilidade interna a outros	1	1	0	1	0	2	1	1	-1	1	0		-1
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	12	1	1	-11	1	0	1	0	1	0	1	0
	259	255	-4	250	-5	236	-14	227	-9	229	2	217	-12



Análise de dados por Vínculo:

- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 89,86%;
- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 8,76%;
- Trabalhadores na situação de comissão de serviço: 0,92%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,46%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2012 o número de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo diminuiu 2,16%, porém atendendo a que alguns destes postos de trabalho satisfaziam

necessidades permanentes do serviço e que essas devem ser solucionadas pela Autarquia com relações jurídicas de emprego público sem termo, alguns desses postos de trabalho foram convertidos em postos de trabalho na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, compensado o seu acréscimo com a tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através das saídas por aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas.

Atendendo à execução de protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Arganil, verifica-se que 12,44% dos trabalhadores exercem as suas atividades sob a supervisão das Juntas de Freguesia.

A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excecional e persiste nos termos da lei.

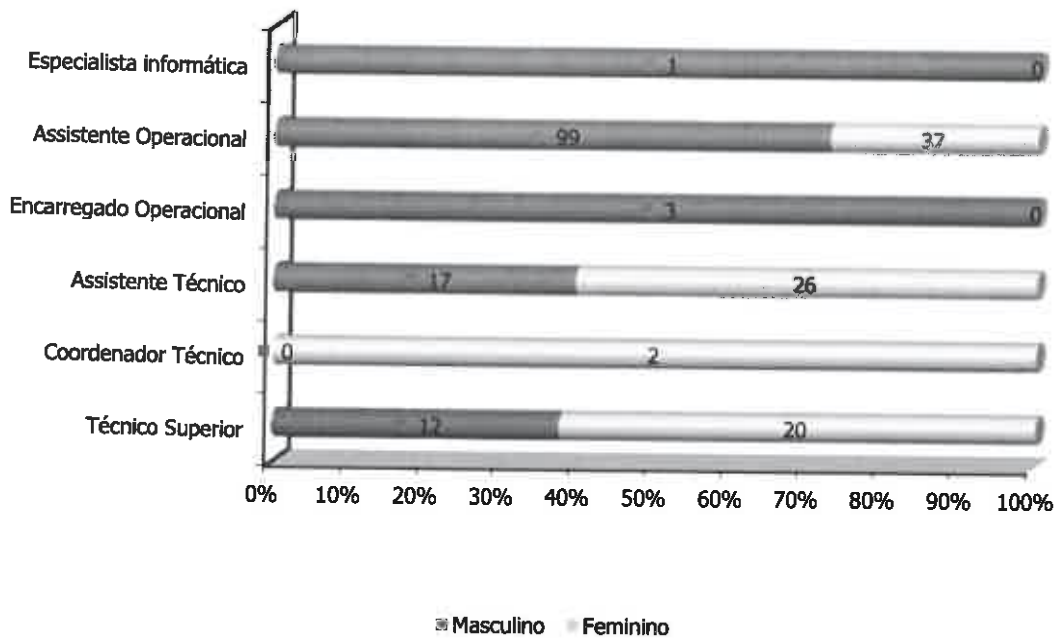
Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ categoria/ género

Trabalhadores em CTFP por tempo Indeterminado			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	7	18	25
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	17	25	42
Encarregado Operacional	3	0	3
Assistente Operacional	91	33	124
Especialista informática	1	0	1
Total	119	78	197

Trabalhadores com termo resolutivo certo e em regime de prestação de serviços			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	5	2	7
Assistente Técnico	0	1	1
Assistente Operacional	8	4	12
Total	13	7	20

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RMS' and 'ESB/MARCA'.

N.º de Colaboradores total do Município por género e por categorial



N.º Total de Colaboradores por género



Quanto ao género, 60,83% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 39,17% do género feminino, sublinhando-se que 75% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional e a maioria dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 217 colaboradores do Município de Arganil, 0,92% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	1	0	1
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	0	1	1
Total	1	1	2

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a categoria, o género e a idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 39,63% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 54 anos de idade e nesse intervalo, 68,60% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 40 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 51 anos.

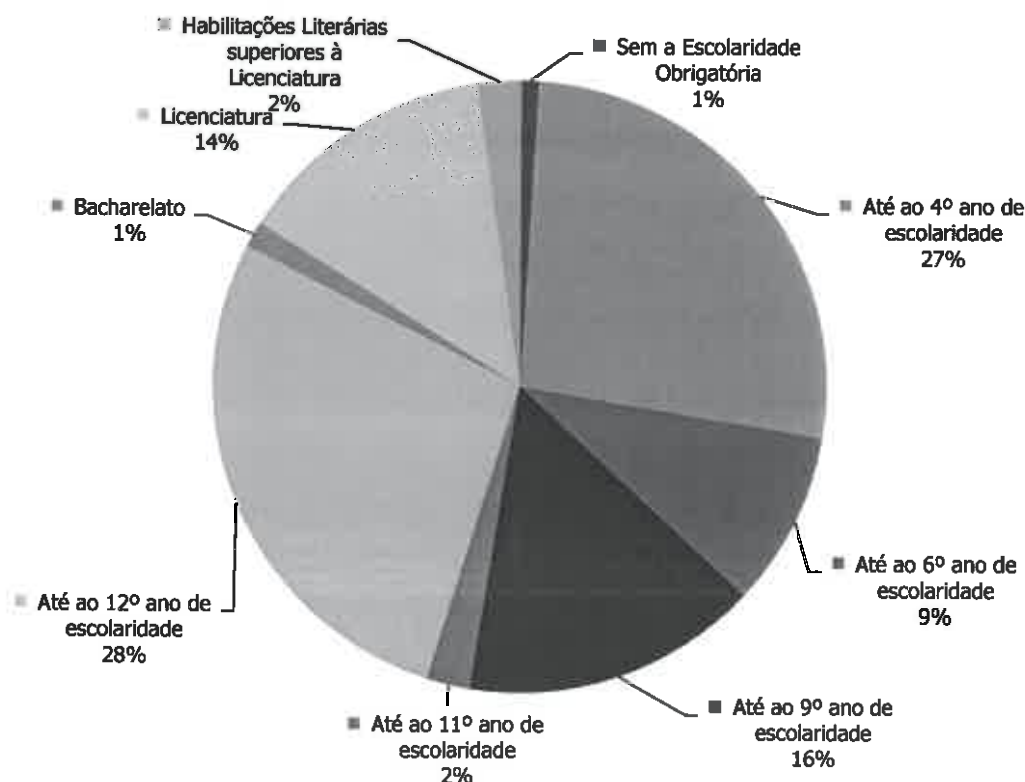
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade										
Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Especialista de Informática		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F		
(25 - 29)	3	2	1	1	0	0	0	0	7	
(30 - 34)	2	6	0	4	1	3	1	0	17	
(35 - 39)	4	6	2	4	10	6	0	0	32	
(40 - 44)	0	2	4	7	12	7	0	0	32	
(45 - 49)	1	1	2	1	20	11	0	0	36	
(50 - 54)	1	1	5	9	30	4	0	0	50	
(55 - 59)	1	2	2	1	21	2	0	0	29	
(60 - 64)	0	0	1	1	8	4	0	0	14	
TOTAL	12	20	17	28	102	37	1	0	217	

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a Categoria, Género e as Habilitações Literárias

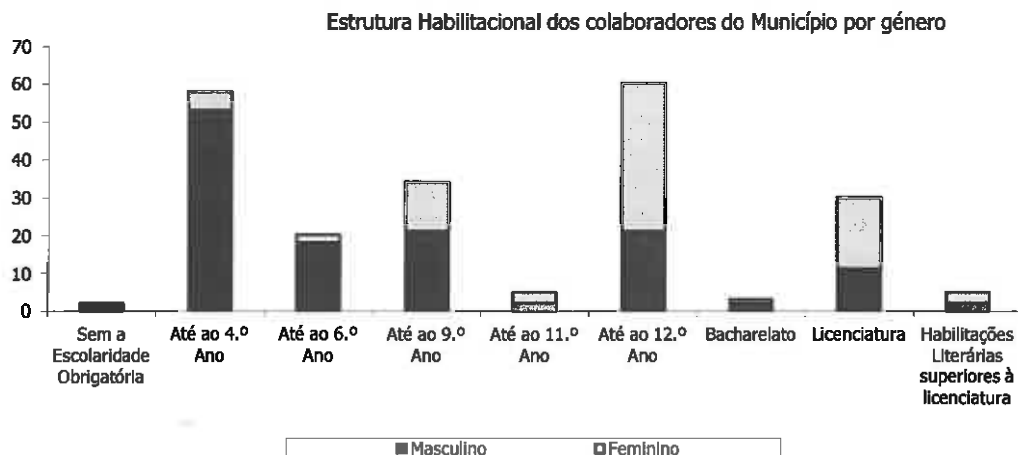
RPAS
P. ID
T. 2012/01/01

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias

Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	53	5	0	0	58
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	18	2	0	0	20
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	2	2	19	11	0	0	34
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	2	2	0	1	0	0	5
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	12	22	9	17	0	0	60
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Licenciatura	9	16	0	2	1	1	1	0	30
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	2	3	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL	12	20	17	28	102	37	1	0	217



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 27,65% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 9,22% detêm o 2º ciclo e 15,67% têm o 3º ciclo. 29,95% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 17,51% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil tem aumentado ao longo do tempo.



3.3 Absentismo

Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por greve	19	0,48%
Falta por actividade sindical	25	0,63%
Falta para consultas médicas	274,5	6,93%
Proteção na parentalidade	432	10,90%
Consultas médicas ou tratamento ambulatorio com menores de 10 anos	29	0,73%
Faltas para provas de concursos	1	0,03%
Consultas médicas ou tratamento ambulatorio com familiares	86	2,17%
Falta por falecimento de familiar	68	1,72%
Faltas por doença	2248	56,75%
Falta para Assistência a Familiares	35	0,88%
Falta por Acidente em Serviço	330	8,33%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	96	2,42%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	10	0,25%
Doação de sangue	1	0,03%
Acompanhamento escolar	15,5	0,39%
Descansos Compensatório por trabalho extraordinário	230	5,81%
Autoformação profissional	61,5	1,55%
Total	3961,5	

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2012, considerando os seguintes fatores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, exceto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2012 (216) e o total de faltas registado no mesmo ano (3961,50).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2012 situou-se nos 8,34%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos seis anos:



Handwritten notes and signatures in blue ink:
 RPS
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2012 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, acidentes em serviço e consultas médicas, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas por falecimento de familiares e por greve (21 e 14 colaboradores, respetivamente). No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 30 ações de formação profissional por um total de 23 trabalhadores.

Comparativamente com o ano de 2011, a taxa de absentismo cresceu 0,29% tendo sido as faltas motivadas por descanso compensatório pela prestação de trabalho extraordinário e por acidente em serviço aquelas que mais contribuíram para esse acréscimo.

3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2012 foram excecionalmente abertos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento:

- Para postos de trabalho na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Contratos em funções públicas por tempo indeterminado			
Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
Técnico Superior	Direito	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Engenharia Civil	1	Divisão de Gestão urbanística

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado

Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
Técnico Superior	Educação Física e Desporto	2	Divisão de Desenvolvimento Económico e Financeiro

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 18,88 horas de formação profissional em 2012, num volume de 4.097 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 453,50 horas de autoformação profissional. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções.

13 de Março 2013

Área de Formação	Designação da Acção	Duração Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora
Formação Inicial	Primeiros socorros e comportamentos em situações de emergência	21	108	ADIP
	A prestação de contas no SIIAL	7	1	CCDRC
	A prestação de contas por via eletrónica ao Tribunal de Contas	7	1	CCDRC
Gestão	Sessão de informação sobre o programa energia inteligente Europa – Candidaturas 2012	4	1	DG de Energia e geologia
	O IVA nas Autarquias	7	1	CEFA
	Tarifários dos serviços de águas e resíduos	7	2	ERSAR
	Jornada de informação sobre o programa "Europa para os Cidadãos"	7	1	GEPAC
	Gestão de Stocks	21	4	ETP Sicó
	A resolução extrajudicial de conflitos de consumo	5	1	CACC Coimbra
	Conservação, qualidade da água e contributos da gestão de complexos aquáticos	21	5	AP Técnicos de Natação
Educação e Ação Social	Encontro Inter-regional CPCJ	7	2	CPCJ
	Apresentação pública das iniciativas desenvolvidas no âmbito do projeto de intervenção em rede 2009/2012	7	2	CH Psiquiátrico de Coimbra
	O princípio da subsidiariedade – sentido, expressão e virtualidades no sistema de promoção e protecção	7	2	CNJR
	II Encontro de prevenção do Excesso de peso nas crianças em idade escolar, dos 6 aos 10 anos	7	1	ARSC
	Seminário "Rede em Prática – avaliação do programa Rede Social"	7	3	ISS
	Autocad	49	5	ETP Sicó
	Administração de redes locais	21	3	ETP Sicó
	Sistemas de informação geográfica	35	1	ETP Sicó
	Arquivandus Software	24	2	Arquivandus
	OmniVista	7	2	Alcatel Lucent
Jurídica	Código do Procedimento Administrativo	21	35	ADIP
	Código dos contratos públicos e suas especificidades	35	4	ETP Sicó
	Licenciamento Zero	28	9	CEFA-ADIP
	Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	7	6	CEFA
Turismo	Pólos e Clusters – oportunidades e sinergias com o setor do turismo	7	1	Turismo de Portugal
Total			376	

RPAS
P.
D.
E. M. G. B. S.

3.6 Projetos no âmbito das medidas de incentivo e apoio ao emprego do IEFP

No ano de 2012 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados, missão à qual o Município de Arganil aderiu promovendo:

Contratos Emprego -Inserção:

A promoção de contratos emprego-inserção é direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de atividades socialmente úteis durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2012, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 25 projetos neste âmbito.

Contratos Emprego - Inserção

Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Tipo	Observações
	M	F		
Limpeza e conservação de espaços públicos	12	0	Contratos Emprego-inserção	6 concluídos e 6 em curso
Apoio à infância	0	4		2 concluídos e 2 em curso
Serviços gerais	0	3		1 concluído e 2 em curso
Limpeza e conservação de espaços públicos	3	1	Contratos Emprego-inserção +	2 concluídos e 2 em curso
Apoio à infância	0	1		Em curso
Pedreiro	1	0		Em curso
Total	16	9	*	11 projetos concluídos e 14 em curso

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2012 o Município de Arganil acolheu 16 estágios curriculares, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contato e do serviço na organização municipal.

Estágios Curriculares

Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de gestão de sistemas informáticos	2	Agrupamento de Escolas de Arganil
Técnico de práticas administrativas	1	
Operador Informático	1	
Técnico de turismo ambiental e rural	2	ADEPTOLIVA
Técnico de gestão e programação de sistemas informáticos	1	Agrupamento de Escolas Damião de Goes
Engenharia informática e de sistemas	1	Instituto Superior de Engenharia de Coimbra
CET de instalação e manutenção de redes e sistemas informáticos	1	
Informação e animação turística	1	Escola Secundária de Oliveira do Hospital
Técnico de Animação Socioeducativa	1	Instituto Politécnico de Coimbra
Serviço Social	1	Instituto Superior Miguel Torga
CET de gestão de redes e sistemas informáticos	3	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira de Hospital
CET em Condução de Obra	1	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira de Hospital
Total	16	

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2012.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2012.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "RAS" and a signature.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2012 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 06 e 17 de Dezembro de 2011.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2012, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2012 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 17.704.101,00€, tendo registado um decréscimo de 203.788,00€ (-1,14%), relativamente ao exercício de 2011.

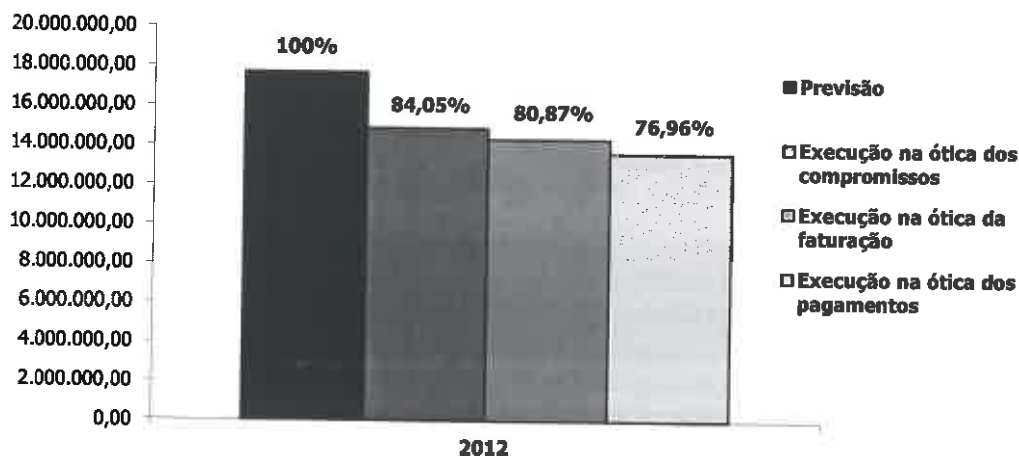
O Orçamento Inicial da Receita para 2012 foi aprovado com um valor total de 17.704.101,00€ dos quais 8.320.805,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 9.383.296,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

A receita total cobrada totalizou a importância de 13.989.186,53€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 79,02%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 17.704.101,00€, correspondendo 8.320.805,00€ às despesas correntes e 9.383.296,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 76,96%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 84,05%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, grande parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer á data de 31-12-2012. Devido às transferências comunitárias e à redução nas transferências do Orçamento de Estado, ao contrário do que era expectável, não terem acompanhado este esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 76,96% (em 2010 foi de 67,81% e em 2011 de 73,94%).



Handwritten signatures and initials:
 RPAS
 Edmundo
 J

Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, apesar da revisão orçamental ocorrida no exercício, uma vez que essa não teve como efeito qualquer aumento quer de despesa, quer de receita. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 8 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2012, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais.

Execução Orçamental 2012

	Orçamento Orçamento			Execução		
	Inicial	Final	Varição	Valor Executado	Desvio	%
Receita						
01- Impostos directos	1.144.420,00	1.144.420,00	0,00	1.319.897,80	175.477,80	115,33%
02- Impostos indirectos	160.259,00	160.259,00	0,00	38.755,37	-121.503,63	24,18%
04 - Taxas multas e outras penalidades	373.507,00	373.507,00	0,00	295.209,48	-78.297,52	79,04%
05 - Rendimentos de propriedade	1.334.600,00	1.110.270,14	224.329,86	1.013.395,53	-96.874,61	91,27%
06 - Transferências correntes	4.039.503,00	4.039.503,00	0,00	4.053.926,95	14.423,95	100,36%
07 - Venda de bens e serviços correntes	1.211.481,00	1.211.481,00	0,00	1.068.284,69	-143.196,31	88,18%
08 - Outras receitas correntes	57.035,00	57.035,00	0,00	54.532,78	-2.502,22	95,61%
Total das Receitas Correntes	8.320.805,00	8.096.475,14	224.329,86	7.844.002,60	-252.472,54	96,88%
09 - Venda de bens de capital	1.150.500,00	1.150.500,00	0,00	0,00	-1.150.500,00	0,00%
10 - Transferências capital	8.231.796,00	8.031.796,00	200.000,00	5.625.139,34	-2.406.656,66	70,04%
13 - Outras receitas de capital	500,00	500,00	0,00	48.008,14	47.508,14	9601,63%
Total das Receitas de Capital	9.382.796,00	9.182.796,00	200.000,00	5.673.147,48	-3.509.648,52	61,78%
15 - Reposições não abatidas aos pagamer	500,00	500,00	0,00	47.706,59	47.206,59	9541,32%
16 - Saldo Gerência Anterior	0,00	424.329,86	-424.329,86	424.329,86	0,00	100,00%
Total da Receita	17.704.101,00	17.704.101,00	0,00	13.989.186,53	-3.714.914,47	79,02%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.700.955,00	3.375.255,00	325.700,00	3.255.283,62	-119.971,38	96,45%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.448.850,00	3.803.850,00	-355.000,00	2.950.747,92	-853.102,08	77,57%
03 - Juros e outros encargos	240.500,00	187.500,00	53.000,00	171.906,91	-15.593,09	91,68%
04 - Transferências correntes	518.500,00	531.200,00	-12.700,00	457.669,78	-73.530,22	86,16%
06 - Outras despesas correntes	412.000,00	423.000,00	-11.000,00	360.394,82	-62.605,18	85,20%
Total das despesas correntes	8.320.805,00	8.320.805,00	0,00	7.196.003,05	-1.124.801,95	86,48%
07 - Aquisição de bens de capital	8.256.796,00	8.229.396,00	27.400,00	5.491.895,86	-2.737.500,14	66,74%
08 - Transferências de capital	596.500,00	623.900,00	-27.400,00	416.095,69	-207.804,31	66,69%
10 - Passivos financeiros	525.000,00	525.000,00	0,00	521.752,03	-3.247,97	99,38%
11 - Outras Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00	0,00%
Total das despesas de capital	9.383.296,00	9.383.296,00	0,00	6.429.743,58	-2.948.552,42	68,52%
Total da Despesa	17.704.101,00	17.704.101,00	0,00	13.625.746,63	-4.073.354,37	76,96%

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 97% e 86% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	16-12-2012
2.ª Alteração	18-04-2012
3.ª Alteração	06-06-2012
4.ª Alteração	02-08-2012
5.ª Alteração	18-09-2012
6.ª Alteração	15-10-2012
7.ª Alteração	27-11-2012
8.ª Alteração	28-12-2012

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

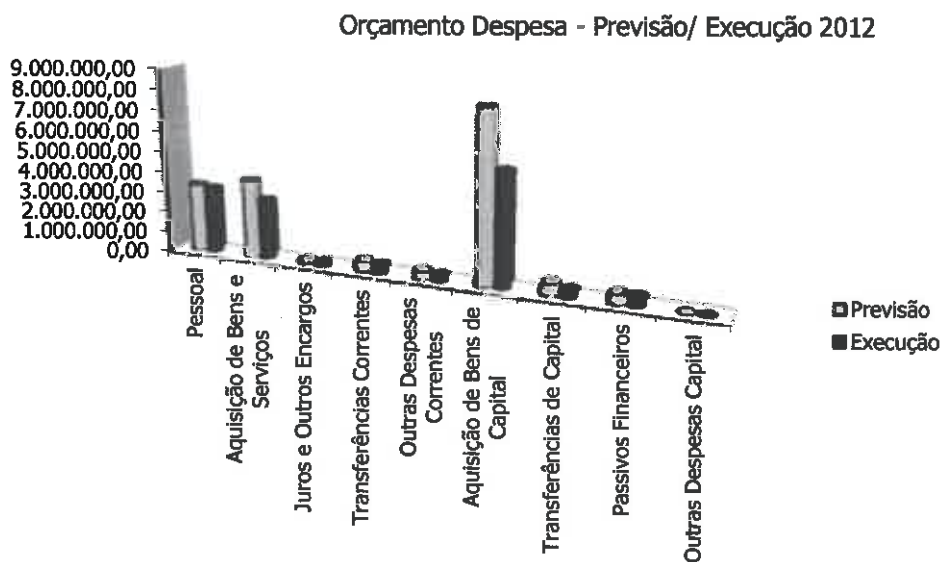
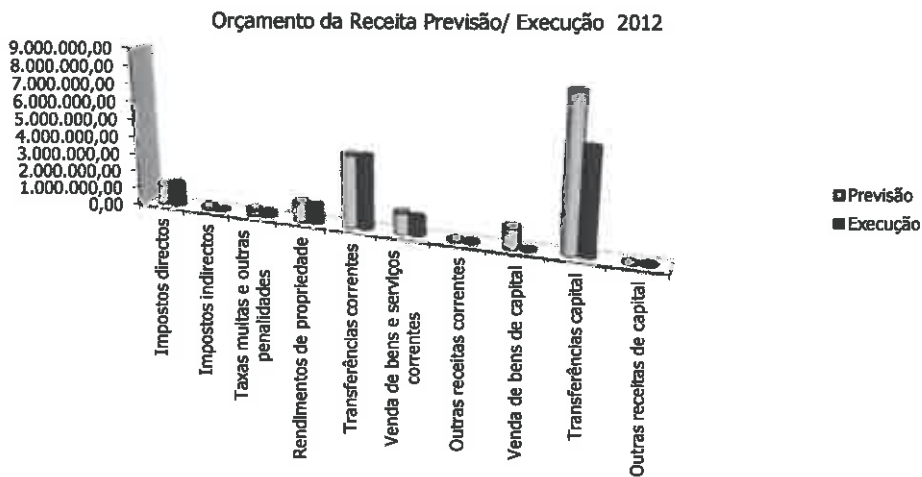
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	8.320.805,00	47,00%	669.500,00	669.500,00	8.320.805,00	47,00%	0,00	0,00%
1.1 Pessoal	3.700.955,00	20,90%	53.000,00	378.700,00	3.375.255,00	19,06%	-325.700,00	-8,80%
1.2 Aquisição de Bens	756.250,00	4,27%	84.500,00	92.500,00	748.250,00	4,23%	-8.000,00	-1,06%
1.3 Aquisição de Serviços	2.692.600,00	15,21%	393.000,00	30.000,00	3.055.600,00	17,26%	363.000,00	13,48%
1.4 Juros e Outros Encargos	240.500,00	1,36%		53.000,00	187.500,00	1,06%	-53.000,00	-22,04%
1.5 Transferências Correntes	518.500,00	2,93%	93.000,00	80.300,00	531.200,00	3,00%	12.700,00	2,45%
1.6 Outras Despesas Correntes	412.000,00	2,33%	46.000,00	35.000,00	423.000,00	2,39%	11.000,00	2,67%
2. Despesas de Capital	9.383.296,00	53,00%	1.031.400,00	1.031.400,00	9.383.296,00	53,00%	0,00	0,00%
2.1 Terrenos	126.000,00	0,71%	30.000,00		156.000,00	0,88%	30.000,00	23,81%
2.2 Habitações/ Edifícios	4.494.000,00	25,38%	180.000,00	390.000,00	4.284.000,00	24,20%	-210.000,00	-4,67%
2.3 Construções Diversas	3.274.796,00	18,50%	677.000,00	559.400,00	3.392.396,00	19,16%	117.600,00	3,59%
2.4 Material de Transporte	35.000,00	0,20%	30.000,00		65.000,00	0,37%	30.000,00	85,71%
2.5 Equipamento/ Software Informático	106.000,00	0,60%		10.000,00	96.000,00	0,54%	-10.000,00	-9,43%
2.6 Equipamento Administrativo	45.000,00	0,25%	20.000,00		65.000,00	0,37%	20.000,00	44,44%
2.7 Equipamento Básico	66.000,00	0,37%	57.000,00	11.000,00	112.000,00	0,63%	46.000,00	69,70%
2.8 Ferramentas e Utensílios	10.000,00	0,06%			10.000,00	0,06%	0,00	0,00%
2.9 Investimentos Incorpóreos/ Artigos obj. valor	100.000,00	0,56%		51.000,00	49.000,00	0,28%	-51.000,00	-51,00%
2.10 Transferências de Capital	596.500,00	3,37%	37.400,00	10.000,00	623.900,00	3,52%	27.400,00	4,59%
2.11 Passivos Financeiros	525.000,00	2,97%			525.000,00	2,97%	0,00	0,00%
2.12 Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,03%			5.000,00	0,03%	0,00	0,00%
Total das Despesas (1)+(2)	17.704.101,00	100%	1.700.900,00	1.700.900,00	17.704.101,00	100%	0,00	0%

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 1.700.900,00 € e por anulações de igual valor.

É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram na aquisição de serviços, em termos correntes, e edifícios construções diversas, em termos de capital.

Relativamente ao Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa encontram-se expostas nos gráficos seguintes.

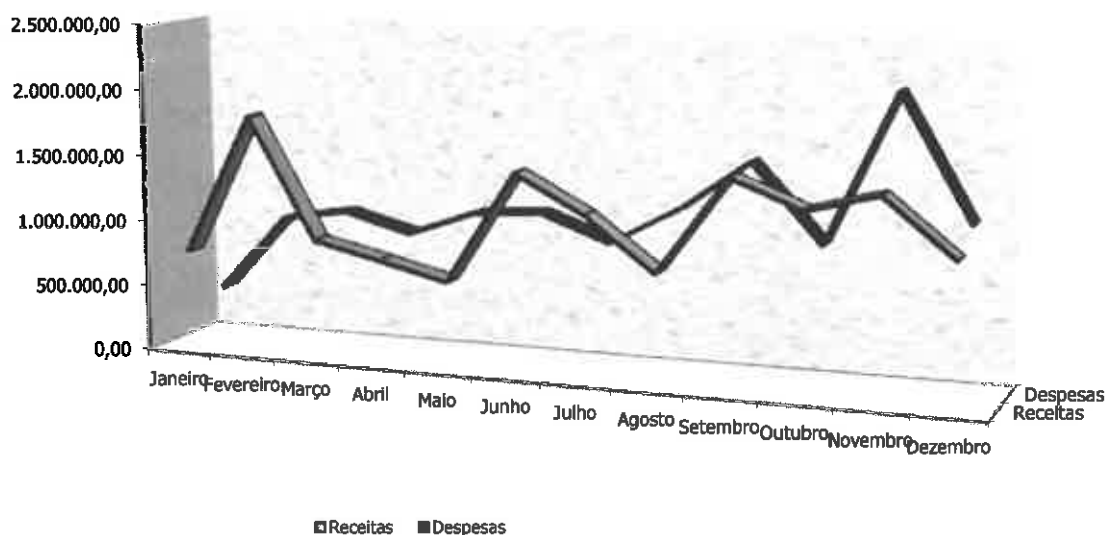
Handwritten notes and signatures:
 P. 70
 RPAS
 [Signature]
 [Signature]



O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

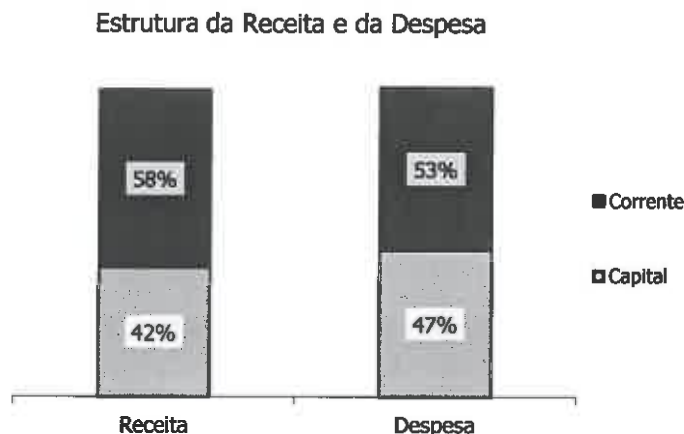
Evolução das Receltas e Despesas 2012							
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Rec.	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	560.496,98	188.251,90	16.192,95	764.941,83	340.004,23	44.158,05	384.162,28
Fevereiro	497.491,24	1.311.365,13	21.451,24	1.830.307,61	443.639,19	518.497,31	962.136,50
Março	652.154,84	257.391,09	0,00	909.545,93	787.533,24	257.069,71	1.044.602,95
Abril	603.004,04	187.939,00	0,00	790.943,04	456.208,18	448.072,02	904.280,20
Maio	430.500,44	232.294,54	2.429,25	665.224,23	563.962,66	531.128,40	1.095.091,06
Junho	1.104.119,72	402.170,67	123,00	1.506.413,39	698.551,41	425.170,41	1.123.721,82
Julho	621.532,15	604.359,31	2.503,38	1.228.394,84	644.766,35	284.790,32	929.556,67
Agosto	646.769,21	187.939,00	0,00	834.708,21	581.244,30	633.460,71	1.214.705,01
Setembro	631.999,35	501.781,27	424.329,86	1.558.110,48	600.024,39	992.087,60	1.592.111,99
Outubro	787.000,61	558.881,40	5.006,77	1.350.888,78	502.194,98	509.916,53	1.012.111,51
Novembro	553.446,22	935.101,27	0,00	1.488.547,49	870.883,49	1.274.718,28	2.145.601,77
Dezembro	755.487,80	305.672,90		1.061.160,70	706.990,63	510.674,24	1.217.664,87
Total	7.844.002,60	5.673.147,48	472.036,45	13.989.186,53	7.196.003,05	6.429.743,58	13.625.746,63

Evolução da Receita/ Despesa -2012



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que os valores da receita e da despesa paga, foram bastante próximos, sendo o da segunda superior ao da primeira.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 58% e 53% respetivamente.



J.P.
R.P.S.
Carrazz
Carrazz

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes". A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2012 uma poupança corrente de 647.999,55€, este montante é superior em cerca de 62.882,16€ ao registado no ano de 2011.

Analisando os últimos três anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente, para financiar o investimento.

Equilíbrio Orçamental	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60
Despesas Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05
Poupança Corrente	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24	585.117,39	647.999,55

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

A crise económica e financeira que o país atravessa marcou o ano de 2012, o qual esteve sujeito a fortes políticas de contenção e disciplina.

A entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/12, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

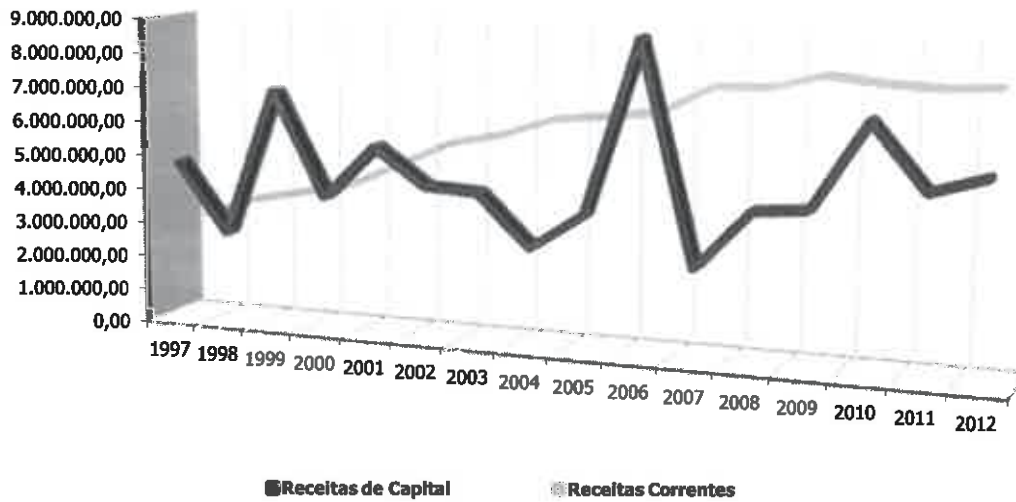
Também, no seguimento do já efetuado em 2010 e 2011 o Governo, tendo em vista o cumprimento dos objetivos assumidos a nível comunitário e com o FMI aprovou novo conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nas quais está prevista a redução das transferências para as autarquias.

Estas medidas, fortemente penalizadoras para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 44% das receitas totais, provocaram uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2012 a redução das transferências do Orçamento de Estado registaram uma variação negativa de 5%.

No exercício de 2012, a receita arrecadada totalizou a importância de 13.517.150,08€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) e apresentou um acréscimo face a 2011 de 556.373,37€ (4%).

Analisando a evolução global das receitas constata-se uma tendência de crescimento. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.

Evolução das Receitas Correntes e de Capital



LO
PD
RPA
GABINETE
A

No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

Do total da receita arrecadada, 7.844.002,60€ (56,07%) dizem respeito à receita corrente e 5.673.147,48€ (40,55%), à receita de capital. Verifica-se assim que, a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2009, para melhor perceção do comportamento da receita.

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2012

Designação	2009				2010				2011				2012				Var 11/2012	
	Valor		% Global		Valor		% Global		Valor		% Global		Valor		% Global		Valor	%
Total da Receita Corrente	7.990.460,39	100,00%	63,80%	7.826.470,81	100,00%	52,69%	7.761.962,00	100,00%	59,89%	7.844.002,60	100,00%	58,03%	82.040,60	1,06%				
Imposto Municipal sobre Imóveis	799.779,02	10,01%	6,39%	875.200,20	11,18%	5,89%	901.226,50	11,61%	6,95%	958.817,36	12,22%	7,09%	57.590,86	6,39%				
Imp. Único de Circulação	141.225,08	1,77%	1,13%	151.045,09	1,93%	1,02%	164.662,18	2,12%	1,27%	191.441,79	2,44%	1,42%	26.779,61	16,26%				
IMT	205.815,22	2,58%	1,64%	174.821,88	2,23%	1,18%	276.373,63	3,56%	2,13%	169.638,65	2,16%	1,25%	-106.734,98	-38,62%				
Impostos indirectos específicos das Autarquias	27.158,07	0,34%	0,22%	23.616,23	0,30%	0,16%	14.530,19	0,19%	0,11%	38.755,37	0,49%	0,29%	24.225,18	166,72%				
Taxas, Multas e Outras Penalidades	280.839,20	3,51%	2,24%	299.559,06	3,83%	2,02%	264.126,44	3,40%	2,04%	295.209,48	3,76%	2,18%	31.083,04	11,77%				
Rendimentos de propriedades Participações do Município nos Impostos do Estado	1.156.845,35	14,48%	9,24%	888.637,67	11,35%	5,98%	933.953,33	12,03%	7,21%	1.013.395,53	12,92%	7,50%	79.442,20	8,51%				
Outras Transferências	4.115.708,00	51,51%	32,86%	4.149.743,00	53,02%	27,94%	3.946.499,00	50,84%	30,45%	3.755.712,00	47,88%	27,78%	-190.787,00	-4,83%				
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	421.200,41	5,27%	3,36%	436.963,09	5,58%	2,94%	270.274,19	3,48%	2,09%	298.214,95	3,80%	2,21%	27.940,76	10,34%				
Outras Receitas Correntes	809.211,03	10,13%	6,46%	800.028,31	10,22%	5,39%	899.432,97	11,59%	6,94%	1.068.284,69	13,62%	7,90%	168.851,72	18,77%				
Total Receita Capital	4.533.233,21	100,00%	36,20%	7.028.106,24	100,00%	47,31%	5.198.814,71	100,00%	40,11%	5.673.147,48	100,00%	41,97%	474.332,77	9,12%				
Venda de Bens de Investimento Participações do Município nos Impostos do Estado	171.667,00	3,79%	1,37%	15.750,00	0,22%	0,11%	111.809,94	2,15%	0,86%	0,00	0,00%	0,00%	-111.809,94	-100,00%				
Outras Transferências	2.477.117,00	54,64%	19,78%	2.510.662,00	35,72%	16,90%	2.380.886,00	45,80%	18,37%	2.255.274,00	39,75%	16,68%	-125.612,00	-5,28%				
Passivos Financeiros	1.856.743,16	40,96%	14,83%	397.540,57	5,66%	2,68%	2.701.723,27	51,97%	20,85%	3.369.865,34	59,40%	24,93%	668.142,07	24,73%				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00%	4.100.000,00	58,34%	27,60%	0,00	0,00%	0,00%	48.008,14	0,85%	0,36%	0,00 -	-				
Reposições e sem Saldo	27.706,05	0,61%	0,22%	4.153,67	0,06%	0,03%	4.395,50	0,08%	0,03%	48.008,14	0,85%	0,36%	43.612,64	992,21%				
Gerência Anterior	12.523.693,60	100%	100%	14.854.577,05	100%	100%	12.960.776,71	100%	100%	13.517.150,08	100%	100%	556.373,37	4,29%				
Repos. não Abatidas nos Pag./ Saldo de Gerência	5.557,57			6.150,79			22.395,56			472.036,45			449.640,89	2007,72%				
Total das Receitas	12.529.251,17			14.860.727,84			12.983.172,27			13.989.186,53			1.006.014,26	7,75%				

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Designação	2009	2010	2011	2012	Var 10/11	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Impostos Directos	1.146.819,32	1.201.067,17	1.342.262,31	1.319.897,80	-22.364,51	-1,67%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr.						
Autárquica	799.779,02	875.200,20	901.226,50	958.817,36	57.590,86	6,39%
Imp. Unico de Circulação/ IMV	141.225,08	151.045,09	164.662,18	191.441,79	26.779,61	16,26%
IMT	205.815,22	174.821,88	276.373,63	169.638,65	-106.734,98	-38,62%
2. Impostos indirectos especificos das Autarquias	27.158,07	23.616,23	14.530,19	38.755,37	24.225,18	166,72%
Mercados e Feiras	1.743,44	2.014,45	918,16	1.128,03	209,87	22,86%
Loteamentos e Obras	68,75	718,55	377,02	2.744,47	2.367,45	627,94%
Ocupação da Via Pública	4.993,40	4.700,65	4.366,35	4.857,68	491,33	11,25%
Publicidade	14.704,83	12.048,87	2.755,55	3.005,64	250,09	9,08%
Saneamento empresas	5.647,65	4.133,71	4.466,98	26.987,75	22.520,77	504,16%
Outros			1.646,13	31,80	-1.614,33	-98,07%
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	280.839,20	299.559,06	264.126,44	295.209,48	31.083,04	11,77%
Mercados e Feiras	51.600,39	47.027,32	49.317,15	40.680,67	-8.636,48	-17,51%
Loteamentos e Obras	72.051,37	51.720,13	38.212,97	44.497,32	6.284,35	16,45%
Ocupação da Via Pública	7.960,12	8.312,62	9.765,15	7.395,09	-2.370,06	-24,27%
Caça, uso e porte de arma	42,00	64,29	19,77	55,74	35,97	181,94%
Saneamento - Tx de conservação	87.137,63	90.526,02	88.475,89	166.700,93	78.225,04	88,41%
Outras	22.530,80	26.192,32	38.030,17	17.555,58	-20.474,59	-53,84%
Juros de Mora	2.295,61	1.756,48	2.084,65	1.155,19	-929,46	-44,59%
Juros compensatórios	2.400,88	2.530,03	4.021,63	2.359,93	-1.661,70	-41,32%
Coimas e Penalidades por contra ordenaçã	18.365,31	13.020,50	9.184,55	14.388,70	5.204,15	56,66%
Multas e Penalidades Diversas	16.455,09	58.409,35	25.014,51	420,33	-24.594,18	-98,32%
4. Rendimentos de propriedades	1.156.845,35	888.637,67	933.953,33	1.013.395,53	79.442,20	8,51%
Bancos e Outras Instituições financeiras	4.053,19	1.883,88	1.593,57	7.871,60	6.278,03	393,96%
Empresas Municipais e Intermunicipais	17.790,63	6.491,04	8.260,15	2.103,71	-6.156,44	-74,53%
Edifícios	83.599,44	115.659,36	99,76	2.955,41	2.855,65	2862,52%
Bens de Domínio Público	736.259,92	494.302,78	500.464,29	519.902,00	19.437,71	3,88%
Outros	315.142,17	270.300,61	423.535,56	480.562,81	57.027,25	13,46%
5. Transferências Correntes	4.536.908,41	4.586.706,09	4.216.773,19	4.053.926,95	-162.846,24	-3,86%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.715.675,00	3.765.995,00	3.571.328,00	3.382.911,00	-188.417,00	-5,28%
Fundo Social Municipal	232.195,00	222.063,00	210.584,00	199.598,00	-10.986,00	-5,22%
Participação Variável no IRS	167.838,00	161.685,00	164.587,00	173.203,00	8.616,00	5,23%
Outras	159.243,20	143.950,45	65.884,00	0,00	-65.884,00	-100,00%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	12.474,74	57.596,74	54.928,80	63.715,95	8.787,15	16,00%
Serviços e fundos autónomos Serv.fund.auton.-	215.294,41	173.932,72	117.607,36	146.701,01	29.093,65	24,74%
Subsist.prot.famil.polít.act.EFP	15.290,82	42.585,94	22.027,47	58.591,97	36.564,50	166,00%
Segurança social	18.897,24	18.897,24	9.826,56	29.206,02	19.379,46	197,22%
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	809.211,03	800.028,31	899.432,97	1.068.284,69	168.851,72	18,77%
Venda de Bens	374.198,98	381.062,88	421.300,42	456.047,36	34.746,94	8,25%
Venda de Serviços	371.199,20	363.227,81	400.899,03	556.137,36	155.238,33	38,72%
Rendas	63.812,85	55.737,62	77.233,52	56.099,97	-21.133,55	-27,36%
7. Outras Receitas Correntes	32.679,01	26.856,28	90.883,57	54.532,78	-36.350,79	-40,00%
Total	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60	82.040,60	1,06%

No exercício de 2012, as receitas correntes cresceram 1,06% (mais 82.040,60€), comparativamente a 2011, sendo as variações mais significativas provenientes dos rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes. Como já foi referido anteriormente as transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado diminuíram em cerca de 190 mil euros.

Os Impostos Directos cobrados, no valor de 1.319.897,80€, totalizaram menos 22.364,51€ (-1,67%), devido à quebra do IMT, fruto da conjuntura económica e social.

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com a ocupação da via pública, publicidade e saneamento das empresas.

No ano de 2012, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 38.755,37€ representando mais 24.225,18€ (166.72%) do que no ano anterior. Para este aumento contribuiu a revisão ao Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil que entrou em vigor em 2012.

Também as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um acréscimo de 31.083,04€ (11,77%), como resultado do aumento da cobrança da rubrica de saneamento pelos motivos já expostos para os impostos indiretos.

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 1.013.395,53€ (mais 79.442.20€ do que no período homólogo de 2011), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 4.053.926,95€, apresentando um decréscimo no valor de 162.846,24€ (-3,86%), relativamente a 2011. Nesta rubrica, com a redução do montante recebido de Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social, verificam-se as medidas introduzidas na Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2012), como a redução das transferências para as Autarquias Locais.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 52%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 29%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 1.068.284,69€, tendo verificado um crescimento de 18,77%. Também nesta rubrica a revisão ao Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil que entrou em vigor em 2012, foi determinante para o acréscimo verificado.

Por seu lado as Outras Receitas Correntes verificaram um decréscimo no montante de 36.650,79€ (-40,00%).

A receita de capital cobrada no exercício de 2012 totalizou o valor de 5.673.147,48€ a que corresponde um aumento de 474.332,77€ (9,12%) face ao ano de 2011. O crescimento ocorreu na rubrica Estado-Participações Comunitária Projetos cofinanciados, na qual estão registadas as participações no âmbito de projetos cofinanciados.

Designação	2009 Valor	2010 Valor	2011 Valor	2012 Valor	Var 11/12 Valor	%
1. Terrenos	171.667,00	15.750,00	52.711,94	0,00	-52.711,94	-100,00%
2. Edifícios	0,00	0,00	30.153,00	0,00	-30.153,00	-100,00%
3. Outros Bens de Investimento	0,00	0,00	28.945,00	0,00	-28.945,00	-100,00%
3. Transferências de Capital	4.333.860,16	2.908.202,57	5.082.609,27	5.625.139,34	542.530,07	10,67%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	0,00	0,00	0,00	40.000,00	40.000,00	-
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.477.117,00	2.510.662,00	2.380.886,00	2.255.274,00	-125.612,00	-5,28%
Cooperação Técnica e Financeira	108.046,85	209.347,06	64.776,09	0,00	-64.776,09	-100,00%
Outras	11.679,00	567,00	0,00	0,00	0,00	-
Estado-Particip.comunitária project.co- financiados	1.623.936,37	163.842,14	2.626.237,89	3.266.302,57	640.064,68	24,37%
Administração local	89.160,63	15.810,92	10.709,29	63.562,77	52.853,48	493,53%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Famílias	23.920,31	7.973,45	0,00	0,00	0,00	-
4. Passivos Financeiros	0,00	4.100.000,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Outras receitas de capital	27.706,05	4.153,67	4.395,50	48.008,14	43.612,64	992,21%
Total	4.533.233,21	7.028.106,24	5.198.814,71	5.673.147,48	474.332,77	9,12%

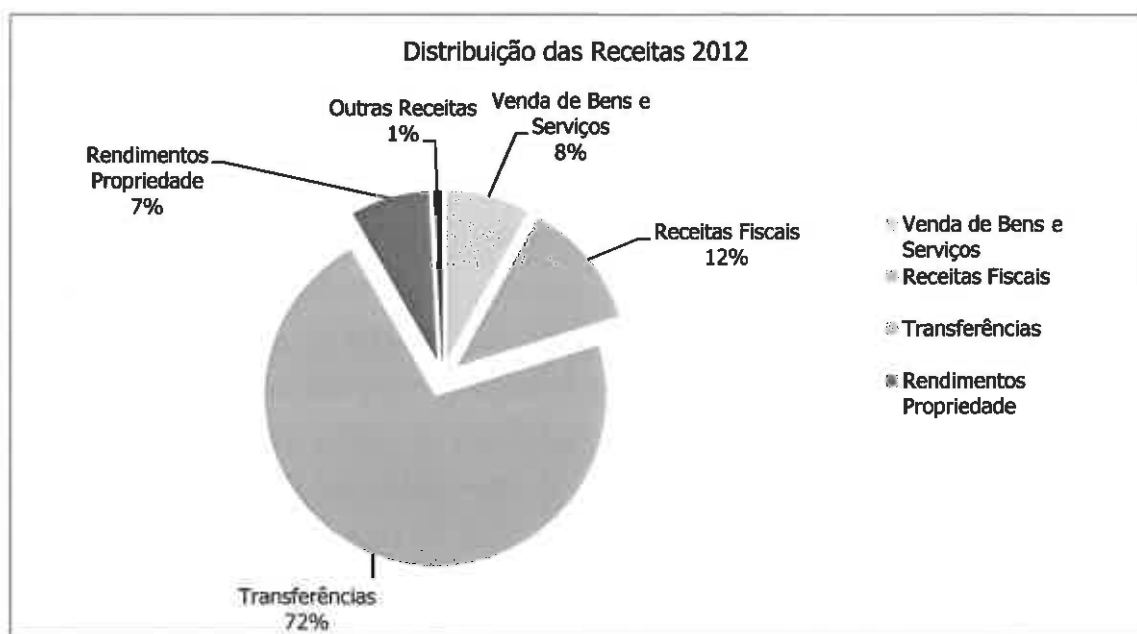
As Transferências de Capital totalizaram a importância de 5.625.139,34€, apresentando um aumento de 542.530,07€ (10,67%), face ao ano económico de 2011. Do total das Transferências de Capital, 2.255.274,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado, 40.000,00€ respeitam ao Protocolo celebrado com a EDP Renováveis. Os restantes 3.329865.34€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 114.063,99€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária nos Projeto Cofinanciado: "Requalificação EB1 Arganil";
- 2.880.360,58€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Requalificação Antiga Cerâmica Arganilense";
- 34.554,84 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Requalificação da Ribeira de Plódão e Zona Envolve";
- 44.738,96€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Construção Centro Escolar de Coja";
- 24.879.69€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Parque Verde Urbano do Sub-Paço";
- 134.930,83€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Plano de Aldeia de Vila Cova";
- 31.386,77€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: "Regeneração e Valorização Ribeira de Folques";

- 1.386,91€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Construção e Beneficiação de Pontos de Água”;
- 63.562,77€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP's).

As Outras receitas de Capital registaram um crescimento de 992,21%, relativamente a 2011, crescimento esse pouco reativo em termos de valor absoluto (43.612,64).

No gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2012:



RPMS
L.P.
ECONOMIA

Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2012 previa cobranças no valor global de 17.704.101,00€, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com 8.096.475,14€ (45,73%), as receitas de capital com 9.182.796€ (51,87%) e outras receitas com 424.829,86€ (2,39%).

Os dados do Quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) atingiu o montante de 13.517.150,08€, tendo-se arrecadado 7.844.002,60€ de receitas correntes e 5.673.147,48€ de receitas de capital.

Mapa resumo da execução orçamental da receita

	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de cobrança
Receitas correntes	8.096.475,14	7.844.002,60	-252.472,54	96,88%
Receitas de capital	9.182.796,00	5.673.147,48	-3.509.648,52	61,78%
Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	47.706,59	47.206,59	9541,32%
Saldo Gerência Anterior	424.329,86	424.329,86	0,00	100,00%
Total	17.704.101,00	13.989.186,53	-3.714.914,47	79,02%

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem na Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2012:

Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%	94,70%	96,88%
Receita de capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%	53,53%	61,78%
Receitas Totais	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%	79,02%

A taxa de execução da receita em 2012 foi 79,02% situando-se acima da verificada nos últimos seis anos.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 96,88%, valor acima do registado no ano de 2011.

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 115,33%, destacando-se pela positiva na sua globalidade. Desta receita destaca-se o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis que verificou uma diminuição de 49.359,35€ (22,54%) relativamente ao previsto.

Destaca-se ainda a taxa de execução das Transferências Correntes (100,36%).

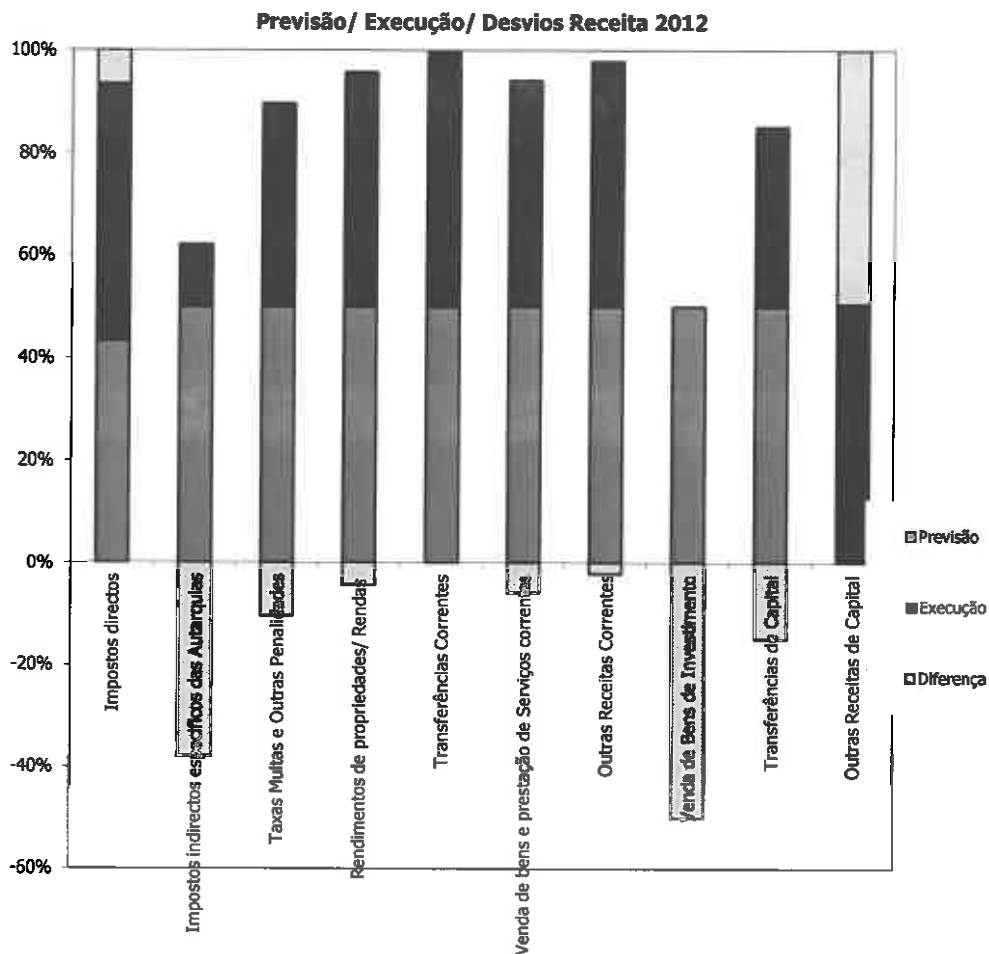
As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 61,78%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2012, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.

Execução Orçamental das Receitas 2012

Classificação da Receita	Previsão		Execução	Desvios		Taxa de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
Impostos directos	1.144.420,00	1.144.420,00	1.319.897,80	175.477,80	15,33%	115,33%
Imposto Municipal sobre Imóveis	777.153,00	777.153,00	958.817,36	181.664,36	23,38%	123,38%
Imp. Único de Circulação	148.268,00	148.268,00	191.441,79	43.173,79	29,12%	129,12%
IMT	218.998,00	218.998,00	169.638,65	-49.359,35	-22,54%	77,46%
Impostos Abolidos	1,00	1,00	0,00	-1,00	-100,00%	0,00%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	160.259,00	160.259,00	38.755,37	-121.503,63	-75,82%	24,18%
Taxas	327.395,00	327.395,00	276.885,33	-50.509,67	-15,43%	84,57%
Multas e Outras Penalidades	46.112,00	46.112,00	18.324,15	-27.787,85	-60,26%	39,74%
Rendimentos de propriedades/ Rendas	1.334.600,00	1.110.270,14	1.013.395,53	-96.874,61	-8,73%	91,27%
Transferências Correntes	4.039.503,00	4.039.503,00	4.053.926,95	14.423,95	0,36%	100,36%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.384.533,00	3.384.533,00	3.382.911,00	-1.622,00	-0,05%	99,95%
Fundo Social Municipal	199.570,00	199.570,00	199.598,00	28,00	0,01%	100,01%
Participação fixa no IRS	173.203,00	173.203,00	173.203,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	66.010,00	66.010,00	0,00	-66.010,00	-100,00%	0,00%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	57.587,00	57.587,00	63.715,95	6.128,95	10,64%	110,64%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	140.000,00	146.701,01	6.701,01	4,79%	104,79%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família Pol.						
Act. EFP	100,00	100,00	58.591,97	58.491,97	58491,97%	58591,97%
Segurança Social	18.500,00	18.500,00	29.206,02	10.706,02	57,87%	157,87%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	1.211.481,00	1.211.481,00	1.068.284,69	-143.196,31	-11,82%	88,18%
Outras Receitas Correntes	57.035,00	57.035,00	54.532,78	-2.502,22	-4,39%	95,61%
Total Receitas Correntes	8.320.805,00	8.096.475,14	7.844.002,60	-252.472,54	-3,12%	96,88%
Venda de Bens de Investimento	1.150.500,00	1.150.500,00	0,00	-1.150.500,00	-100,00%	0,00%
Transferências de Capital	8.231.796,00	8.031.796,00	5.625.139,34	-2.406.656,66	-29,96%	70,04%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	1.600.000,00	1.400.000,00	40.000,00	-1.360.000,00	-97,14%	2,86%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.256.355,00	2.256.355,00	2.255.274,00	-1.081,00	-0,05%	99,95%
Outras	63.477,00	63.477,00	0,00	-63.477,00	-100,00%	0,00%
FEDER	4.021.534,00	4.021.534,00	3.266.302,57	-755.231,43	-18,78%	81,22%
Administração Local	63.000,00	63.000,00	63.562,77	562,77	0,89%	100,89%
Segurança Social	42.000,00	42.000,00	0,00	-42.000,00	-100,00%	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	70.000,00	70.000,00	0,00	-70.000,00	-100,00%	0,00%
Famílias	115.430,00	115.430,00	0,00	-115.430,00	-100,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	500,00	500,00	48.008,14	47.508,14	0,00%	9601,63%
Total Receitas de Capital	9.382.796,00	9.182.796,00	5.673.147,48	-3.509.648,52	-38,22%	61,78%
Total Reposições não Abatidas nos Pagamei	500,00	500,00	47.706,59	47.206,59	9441,32%	9541,32%
Saldo Gerência Anterior	0,00	424.329,86	424.329,86	0,00	0,00%	100,00%
Total das Receitas	17.704.101,00	17.704.101,00	13.989.186,53	-3.714.914,47	-20,98%	79,02%

RPAS
R.P.
B.P.
B.P.
B.P.
B.P.



Saldo de Gerência Anterior

O Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1, que a receita orçamental terá que cobrir a despesa orçamental, decorrendo daqui que a receita anual arrecadada terá que ser maior ou igual á despesa paga do ano. Deste modo, todos os anos deverá existir um excesso ou igualdade de receita em relação á despesa, e consequentemente um saldo orçamental (positivo ou nulo), que transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e consequentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2012, pela primeira vez nos últimos 6 anos, uma revisão orçamental com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 424.329,86€, conforme consta nos documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2011. Esta Revisão Orçamental foi aprovada em 24 de julho de 2012 pela Câmara Municipal e em 29 de setembro de 2012 pela Assembleia Municipal.

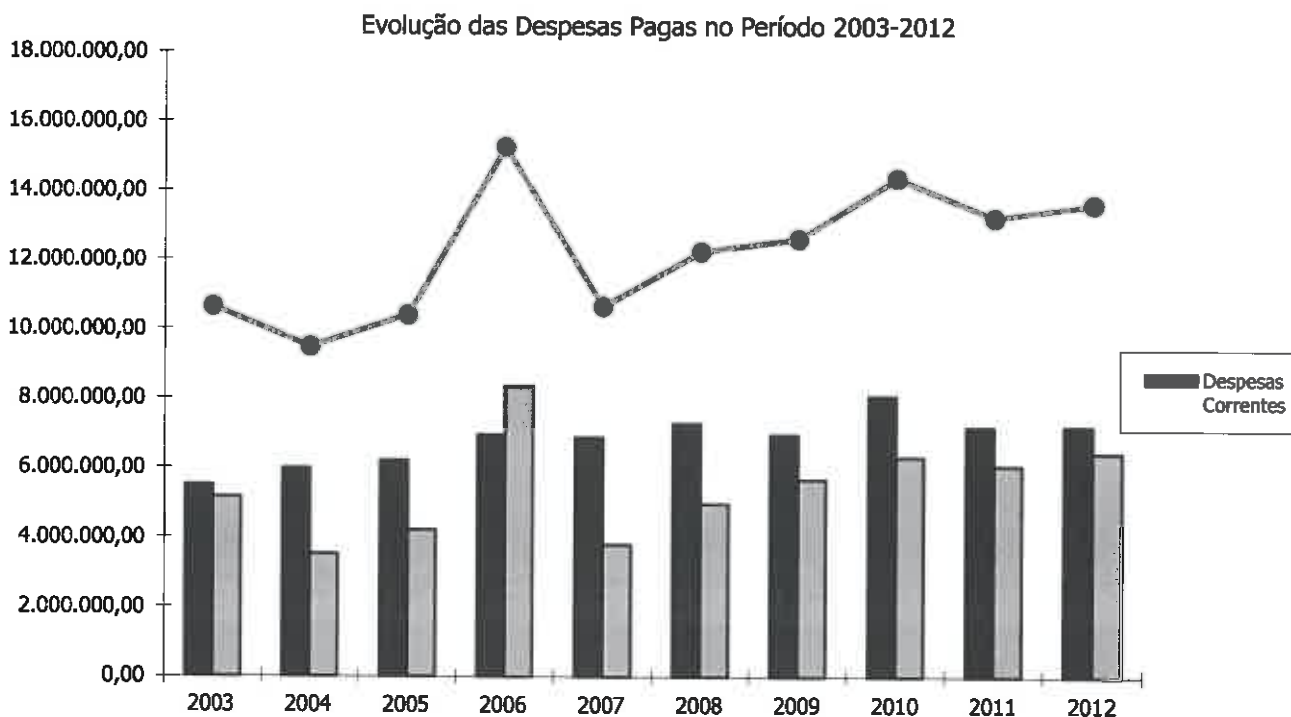
4.3 Despesa

Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2012, 13.625.746,63€ comparando com 13.241.108,35€, relativamente a 2011, representa um acréscimo de 2,9%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2003-2012, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 7.196.003,05€ (53%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 6.429.743,58€ (47%) correspondem a despesas de capital.

f. q. -
RPA
ECONOMIA

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2012

Evolução das Despesas Municipais, expresso no período de 2009 a 2012.

Designação	2009		2010		2011		2012		Var 2011/2012	
	Valor	% parcelar	Valor	% parcelar	Valor	% parcelar	Valor	% parcelar	Valor	%
Total da Despesa Corrente Pessoal	6.956.298,24	100,00%	8.067.577,05	100,00%	7.176.844,61	100,00%	7.196.003,05	100,00%	19.158,44	0,27%
	3.718.987,93	53,46%	3.836.955,39	47,56%	3.605.062,28	50,23%	3.255.283,62	45,24%	-349.778,66	-9,70%
Aquisição de Bens e Serviços	2.334.017,27	33,55%	3.177.081,10	39,38%	2.600.346,91	36,23%	2.950.747,92	41,01%	350.401,01	13,48%
Juros e Outros Encargos	149.405,73	2,15%	118.567,38	1,47%	189.789,94	2,64%	171.906,91	2,39%	-17.883,03	-9,42%
Transferências Correntes	407.043,56	5,85%	445.074,58	5,52%	394.759,70	5,50%	457.669,78	6,36%	62.910,08	15,94%
Outras Despesas Correntes	346.843,75	4,99%	489.898,60	6,07%	386.885,78	5,39%	360.394,82	5,01%	-26.490,96	-6,85%
Total da Despesa de Capital	5.671.466,15	100,00%	6.312.879,91	100,00%	6.064.263,74	100,00%	6.429.743,58	100,00%	365.479,84	6,03%
	4.641.643,16	81,84%	5.283.902,18	83,70%	4.984.118,23	82,19%	5.491.895,86	85,41%	507.777,63	10,19%
Aquisição de Bens de Capital	489.652,01	8,63%	496.822,42	7,87%	554.560,62	9,14%	416.095,69	6,47%	-138.464,93	-24,97%
Transferências de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Activos Financeiros	540.170,98	9,52%	532.155,31	8,43%	525.584,89	8,67%	521.752,03	8,11%	-3.832,86	-0,73%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Total das Despesas	12.627.764,39		14.380.456,96		13.241.108,35		13.625.746,63		384.638,28	

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2010 a 2012:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2010 a 2012					
Designação	2010	2011	2012	Var. 11/12 Valor	Var. 11/12 %
1. Despesas com Pessoal	3.836.955,39	3.605.062,28	3.255.283,62	-349.778,66	-9,70%
Remunerações certas e permanentes	2.989.503,35	2.867.394,92	2.566.704,89	-300.690,03	-10,49%
Abonos variáveis ou eventuais	159.973,49	148.001,34	116.491,08	-31.510,26	-21,29%
Segurança social	687.478,55	589.666,02	572.087,65	-17.578,37	-2,98%
2. Aquisição de Bens	596.251,47	606.265,56	563.543,44	-42.722,12	-7,05%
Matérias-primas e subsidiárias	22.461,63	14.767,10	15.896,11	1.129,01	7,65%
Combustíveis e lubrificantes	208.648,36	228.897,62	219.660,04	-9.237,58	-4,04%
Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	11.420,63	5.344,86	10.420,20	5.075,34	94,96%
Alimentação-Refeições confeccionadas	164.429,94	169.189,94	166.407,80	-2.782,14	-1,64%
Alimentação-Géneros para confeccionar	2.425,06	22.900,46	11.203,81	-11.696,65	-51,08%
Vestuário e artigos pessoais	1.947,09	18.404,95	646,45	-17.758,50	-96,49%
Material de escritório	35.367,85	21.283,03	11.772,91	-9.510,12	-44,68%
Material de consumo clínico	0,00	77,78	0,00	-77,78	-100,00%
Material de transporte-Peças	38.311,00	41.677,45	39.655,64	-2.021,81	-4,85%
Material de consumo hoteleiro	786,42	1.057,89	0,00	-1.057,89	-100,00%
Outro material-Peças	19.523,36	12.872,78	25.063,23	12.190,45	94,70%
Prémios, condecorações e ofertas	12.904,28	8.842,56	4.848,05	-3.994,51	-45,17%
Ferramentas e utensílios	3.057,49	1.195,10	2.023,21	828,11	69,29%
Livros e documentação técnica	283,82	961,84	1.161,66	199,82	20,77%
Artigos honoríficos e de decoração	117,48	117,97	183,20	65,23	55,29%
Material de educação, cultura e recreio	18.942,26	10.113,24	14.351,30	4.238,06	41,91%
Outros bens	55.624,80	48.560,99	40.249,83	-8.311,16	-17,11%
3. Aquisição de Serviços	2.580.829,63	1.994.081,35	2.387.204,48	393.123,13	19,71%
Encargos das instalações	707.597,43	709.946,63	831.374,46	121.427,83	17,10%
Conservação de bens	51.541,66	50.936,52	36.531,00	-14.405,52	-28,28%
Comunicações	119.809,66	115.828,29	122.692,60	6.864,31	5,93%
Transportes	747.732,10	364.436,14	611.425,42	246.989,28	67,77%
Representação dos serviços	12.276,34	5.279,22	4.755,51	-523,71	-9,92%
Seguros	30.292,58	58.926,88	59.668,41	741,53	1,26%
Deslocações e estadas	2.417,10	1.315,75	0,00	-1.315,75	-100,00%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	2.256,00	8.610,00	59.482,85	50.872,85	590,86%
Formação	24.243,70	2.533,00	2.793,35	260,35	10,28%
Seminários, exposições e similares	0,00	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
Publicidade	31.952,07	34.233,43	31.433,99	-2.799,44	-8,18%
Vigilância e segurança	2.599,34	3.446,91	3.903,14	456,23	13,24%
Assistência técnica	8.534,57	5.719,19	9.928,95	4.209,76	73,61%
Outros trabalhos especializados	485.190,76	371.407,86	364.344,51	-7.063,35	-1,90%
Serviços de saúde	11.211,48	1.643,32	6.451,92	4.808,60	292,61%
Encargos de cobrança de receitas	42.846,52	59.082,98	98.781,91	39.698,93	67,19%
Outros serviços	300.328,32	200.635,23	143.636,46	-56.998,77	-28,41%
4. Juros e Outros Encargos	118.567,38	189.789,94	171.906,91	-17.883,03	-9,42%
Empréstimos de médio e longo prazos	84.218,05	184.636,39	166.144,94	-18.491,45	-10,02%
Outros juros	34.349,33	5.153,55	5.761,97	608,42	11,81%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Transferências Correntes	445.074,58	394.759,70	457.669,78	62.910,08	15,94%
Estado	6.270,00	5.952,00	5.628,00	-324,00	-5,44%
Freguesias	63.192,68	64.010,80	94.746,88	30.736,08	48,02%
Associações de municípios	45.905,52	5.956,00	1.100,00	-4.856,00	-81,53%
Instituições sem fins lucrativos	324.476,90	260.567,12	271.866,48	11.299,36	4,34%
Famílias	5.229,48	58.273,78	84.328,42	26.054,64	44,71%
6. Outras Despesas Correntes	489.898,60	386.885,78	360.394,82	-26.490,96	-6,85%
Impostos e taxas	17.211,03	10.631,10	12.409,92	1.778,82	16,73%
Outras	472.687,57	376.254,68	347.984,90	-28.269,78	-7,51%
Total	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	19.158,44	0,27%

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 45% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 86% da despesa corrente paga.

No ano de 2012, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.255.283,62€, apresentando uma redução de 349.778,66€ (-9,70%). Esta redução resultou sobretudo da diminuição dos montantes pagos a título de remunerações certas e permanentes, nomeadamente os subsídios de férias e de Natal aos colaboradores da Autarquia, conforme o previsto na Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2012).

O agregado Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços registou um aumento, no valor de 350.401,01€. Este aumento decorre do aumento de duas rubricas em especial:

- Encargo das instalações – o aumento deve-se sobretudo ao aumento da taxa de iva da eletricidade para 23%;
- Transportes – o aumento deve-se à regularização de dívida do ano anterior à Transdev, no âmbito dos transportes escolares;

Dos valores pagos nesta além dos já referidos rubricas destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, outros serviços (encargos com fotocopiadoras, análises de água, tarifa paga à Águas do Mondego, Ersuc entre outras).

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

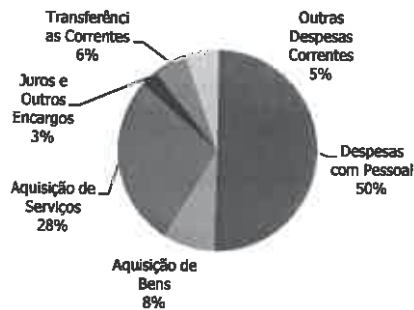
Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma diminuição neste agregado no valor de 17.883,03€ (9,42%), relativamente a 2011.

As Transferências Correntes totalizaram mais 62.910,08€ (-15,940%) do que no ano anterior. Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica "Outras Despesas Correntes" que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont'Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um decréscimo de 6,85% relativamente ao ano de 2011.

Os gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa corrente no ano de 2011 e 2012.

Estrutura da Despesa Corrente 2011



Estrutura da Despesa Corrente 2012



Como é possível verificar dos gráficos acima a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um aumento, em termos homólogos, de 365.479,84€ (6,03%).

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são:

- os Edifícios, onde se destaca o valor das instalações desportivas e recreativas que inclui a obra da Requalificação da Cerâmica;
- e as construções diversas, nomeadamente a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infraestruturação viária do concelho.

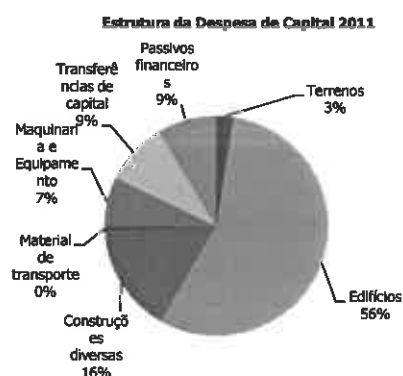
As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2012, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 521.752,03€.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PPAS' and 'E. ABSTINER']

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2010 a 2012

Designação	2010	2011	2012	Var. 11/12 Valor	Var. 11/12 %
1. Terrenos	287.307,15	153.302,00	42.179,70	-111.122,30	-72,49%
2. Edifícios	1.678.949,94	3.380.226,29	3.658.211,70	277.985,41	8,22%
Instalações de serviços	162.479,24	199.307,40	58.075,93	-141.231,47	-70,86%
Instalações desportivas e recreativas	989.531,64	1.547.493,63	3.570.047,27	2.022.553,64	130,70%
Escolas	526.939,06	1.633.425,26	30.088,50	-1.603.336,76	-98,16%
3. Construções diversas	3.094.717,07	978.687,90	1.579.588,68	600.900,78	61,40%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	634.025,74	130.006,20	44.829,13	-85.177,07	-65,52%
Sistemas de drenagem de águas residuais	46.194,95	18.330,71	42.005,13	23.674,42	129,15%
Estações de tratamento de águas residuais	0,00	0,00	270,55	270,55	-
Iluminação pública	39.286,81	33.787,92	16.442,75	-17.345,17	-51,34%
Instalações desportivas e recreativas	64,50	23.882,02	1.104,54	-22.777,48	-95,38%
Captação e distribuição de água	19.906,94	25.049,60	33.018,03	7.968,43	31,81%
Viação rural	1.960.229,29	725.071,51	1.180.298,31	455.226,80	62,78%
Sinalização e trânsito	110.686,18	4.849,36	11.934,36	7.085,00	146,10%
Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	36.545,30	0,00	0,00	0,00	-
Cemitérios	369,21	0,00	0,00	0,00	-
Outros	247.408,15	17.710,58	249.685,88	231.975,30	1309,81%
4. Material de transporte	9.735,22	21.570,53	46.065,25	24.494,72	113,56%
5. Maquinaria e Equipamento	213.192,80	450.331,51	165.850,53	-284.480,98	-63,17%
Equipamento/ Software informática	102.787,80	117.961,33	48.942,42	-69.018,91	-58,51%
Equipamento administrativo	5.753,92	13.238,02	39.983,35	26.745,33	202,03%
Equipamento básico	98.923,77	221.889,16	59.827,35	-162.061,81	-73,04%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj. valor	5.727,31	97.243,00	17.097,41	-80.145,59	-82,42%
6. Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7. Transferências de capital	496.822,42	554.560,62	416.095,69	-138.464,93	-24,97%
Freguesias	445.175,54	502.160,62	393.595,69	-108.564,93	-21,62%
Instituições sem fins lucrativos	51.646,88	52.400,00	22.500,00	-29.900,00	-57,06%
8. Passivos financeiros	532.155,31	525.584,89	521.752,03	-3.832,86	-0,73%
9. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total	6.312.879,91	6.064.263,74	6.429.743,58	365.479,84	6,03%

Os Gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa de capital nos anos 2011 e 2012.



Na rubrica de transferências de capital, com um peso de 6% no total das despesas de capital e cujo valor verificou uma diminuição relativamente ao período homólogo de 2011 estão incluídos os

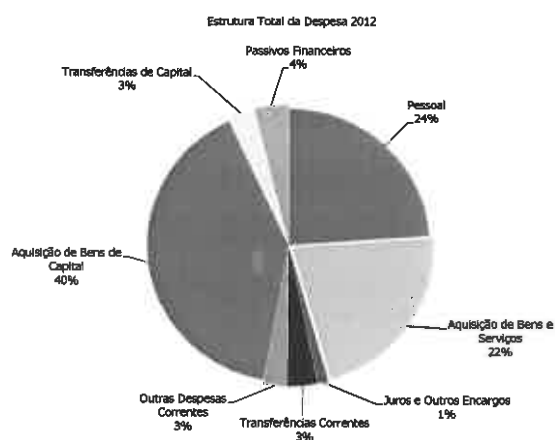
contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 310.673.31€, discriminado no seguinte quadro:

Contratos Programa - 2012

Entidade	Objecto	Valor Total	Valor Pago	Valor em Dívida em 31/12/2012
Associação Freguesias	Trabalhos de sivilicultura preventiva nas freguesias de Benfeita, Bamil de Alva, Coja, Moura da Serra, Pomares e Piódão	13.359,54	13.359,54	0,00
Freguesia de Anseriz	Requalificação do Largo de N.ª Sra. ao Pé da Cruz Trabalhos de sivilicultura preventiva Drenagem e Requalificação de Arruamentos (2011)	12.000,00 1.000,00 10.000,00	3.000,00 1.000,00	9.000,00 0,00 5.000,00
Freguesia de Arganil	Construção de Passeios na rua Lopes da Costa, no Maladão	6.500,00	3.250,00	3.250,00
Freguesia de Barril de Alva	Requalificação do Largo da escola - 1.ª Fase Requalificação do Largo da escola - 2.ª Fase	8.000,00 6.000,00	4.000,00 1.500,00	4.000,00 4.500,00
Freguesia da Benfeita	Construção de ponte pedonal de acesso à praia fluvial Criação de bar e wc's na Fraga da Pena – 2.ª Fase (2011) Beneficiação da quelha do soito	6.000,00 12.500,00 3.019,94	3.000,00 3.000,00 1.509,97	3.000,00 6.250,00 1.509,97
Freguesia de Celavisa	Pavimentação do Largo de São Sebastião (Celavisa), Rua Armando Nunes de Almeida (Linhares) e Largo da União Progressiva dos Povos da Ribeira de Celavisa (Pracerias) Requalificação da Rua Principal	9.000,00 10.428,75	2.250,00 5.214,37	6.750,00 0,00
Freguesia de Cepos	Construção de parque infantil Arranjo Rua das Figueiras, Largo Nossa Sra. Da Boa Viagem, Reparação Muro de Suporte Couceiro	8.000,00 6.000,00	4.000,00 1.500,00	4.000,00 4.500,00
Freguesia da Cerdeira	Pavimentação de bermas entre a Travessa da Eira e a Rua do Pardieiro Trabalhos de sivilicultura preventiva	5.000,00 1.000,00	2.500,00 1.000,00	2.500,00 0,00
Freguesia de Coja	Beneficiação das José Luis Nunes e do mercado velho, alargamento do prolongamento da variante, calcetamento da entrada do novo lar e promoção turística	25.000,00	12.500,00	12.500,00
Freguesia de Folques	Aquisição de equipamento para a Praia Fluvial do Canelo e Organização da FAVA Parque de lazer da Ponte nova – 2.ª fase Instalação de vedação no Largo Principal de Salgueiro	11.000,00 17.500,00 4.000,00	2.750,00 17.500,00 1.000,00	8.250,00 0,00 3.000,00
Freguesia de Piódão	Construção de rede e fossa séptica em Chãs d'Égua Reparação de cortinas sa estrada Pomares - Avô	5.000,00 3.785,99	5.000,00 3.785,99	0,00 0,00
Freguesia de Pomares	Requalificação de Largo (Pomares), recuperação de muros (Pomares e Foz da Moura) e Beneficiação do Campo de Jogos (Pomares) Beneficiação do parque de campismo – 2.ª Fase (2011)	16.000,00 8.000,00	4.000,00 4.000,00	12.000,00 0,00
Freguesia de Pombeiro da Belra	Calcetamento do acesso à Senhora do Loureiro Recalcetamento da Rua Comendador Lopes Ferreira (Sarnadela) Calcetamento de espaço ao redor da Capela (2011)	17.500,00 18.394,45 3.500,00	17.500,00 4.598,61 1.750,00	0,00 13.795,84 0,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Requalificação da rua principal na Saguinhedá Requalificação exterior Pavilhão Gimnodesportivo Construção de Passeio – São Martinho da Cortiça	15.311,70 33.301,69 3.900,00	15.311,70 9.990,51 1.950,00	0,00 23.311,18 0,00
Freguesia de Sarzedo	Construção de piscina na zona de lazer do Valeiro do Barco – 3.ª fase Trabalhos de sivilicultura preventiva	15.000,00 1.000,00	15.000,00 1.000,00	0,00 0,00
Freguesia de Secarias	Requalificação do largo Antonino dos Santos – 3.ª fase Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira Requalificação do Largo Antonino dos Santos – 2.ª Fase	7.500,00 6.500,00 7.500,00	3.750,00 1.625,00	3.750,00 4.875,00 3.750,00
Freguesia da Teixelra	Requalificação do cemitério Paroquial Beneficiação da rede de águas e arruamentos -Água d'Alte e Relvas	10.000,00 11.000,00	5.000,00 11.000,00	0,00 0,00
Freguesia de Vila Cova de Alva	Construção de 800m de valetas na freguesia Trabalhos de sivilicultura preventiva Requalificação do Cemitério VC Alva, Calcetamento do Largo da Capela de Vinho, Requalificação de Parque Infantil de Casal São João e Recuperação de Chafariz e São Sebastião (VC Alva)	8.000,00 1.000,00 10.000,00	4.000,00 1.000,00 2.500,00	4.000,00 0,00 7.500,00
	Total	377.502,06	193.595,69	150.991,99

No total a despesa paga em 2012 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga - 2012		
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes		
Total de 2011		
Pessoal	3.255.283,62	23,89%
Aquisição de Bens e Serviços	2.950.747,92	21,66%
Juros e Outros Encargos	171.906,91	1,26%
Transferências Correntes	457.669,78	3,36%
Outras Despesas Correntes	360.394,82	2,64%
Total Despesas Correntes	7.196.003,05	52,81%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	5.491.895,86	40,31%
Transferências de Capital	416.095,69	3,05%
Passivos Financeiros	521.752,03	3,83%
Outras Despesas Capital	0,00	0,00%
Total Despesas de Capital	6.429.743,58	47,19%
Total das Despesas	13.625.746,63	100,00%



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens de capital.

Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2012 ascendeu a 17.704.101,00€, dos quais 8.320.805,00€ são afetos a despesas correntes (47%) e 9.383.296,00€ (53%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 13.625.746,63€, sendo 7.196.003,05€ (52,81%) despesas de natureza corrente e 6.429.743,58€ (47,19%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 4.078.354,37€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 76,96%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 86,48%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 68,52%.

Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	8.320.805,00	7.196.003,05	-1.124.801,95	86,48%
Despesa capital	9.383.296,00	6.429.743,58	-2.953.552,42	68,52%
Total	17.704.101,00	13.625.746,63	-4.078.354,37	76,96%

O Quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2003 a 2012.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2012 é maior de sempre, excetuando-se o ano de 2006 no qual foi contratado um dos empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado.

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçado (-853.102,08€).

No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 2.953.552,42€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

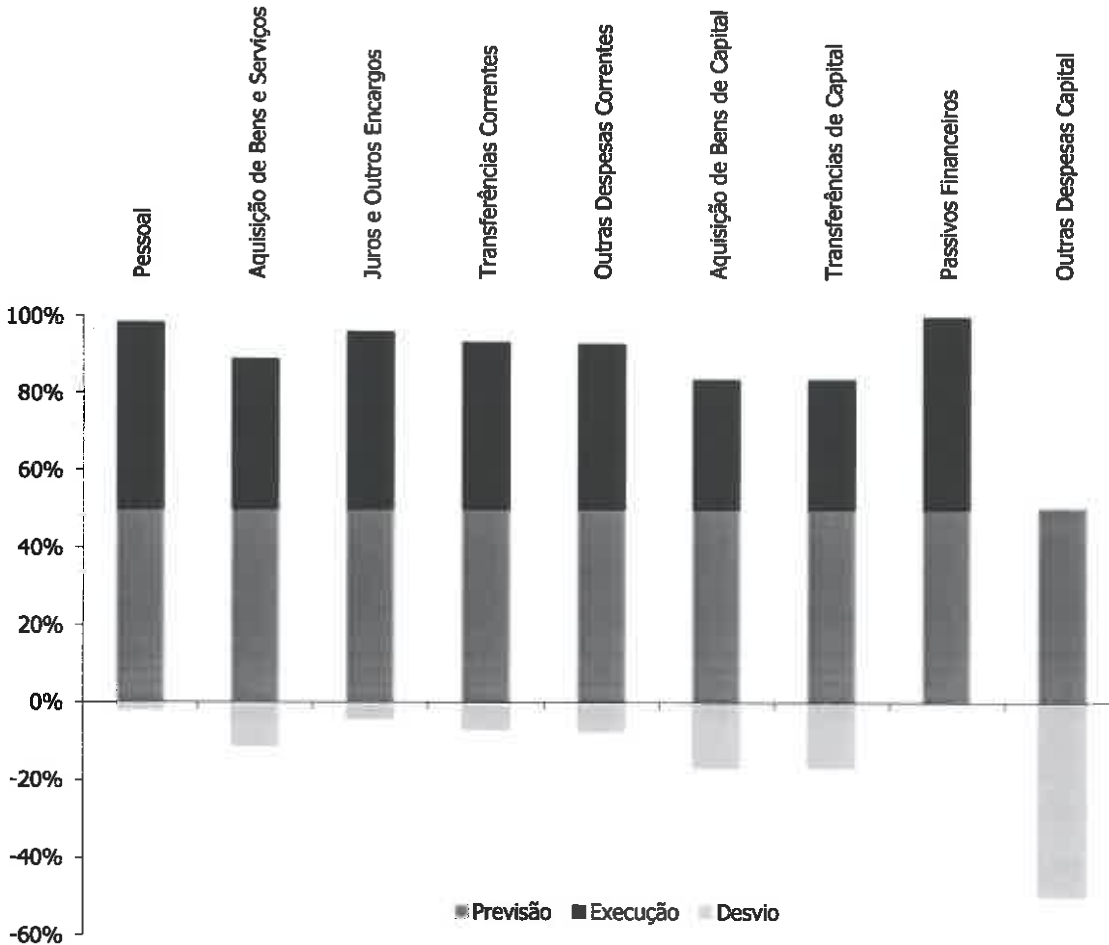
Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação do Paço Grande, Projetos Praud, e Acessibilidades na Serra do Açor como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

RPAS
E. P. J. C.

Execução Orçamental da Despesa 2012

	Inicial	Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Desvio	%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.700.955,00	3.375.255,00	325.700,00	3.255.283,62	-119.971,38	96,45%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.448.850,00	3.803.850,00	-355.000,00	2.950.747,92	-853.102,08	77,57%
03 - Juros e outros encargos	240.500,00	187.500,00	53.000,00	171.906,91	-15.593,09	91,68%
04 - Transferências correntes	518.500,00	531.200,00	-12.700,00	457.669,78	-73.530,22	86,16%
06 - Outras despesas correntes	412.000,00	423.000,00	-11.000,00	360.394,82	-62.605,18	85,20%
Total das despesas correntes	8.320.805,00	8.320.805,00	0,00	7.196.003,05	-1.124.801,95	86,48%
07 - Aquisição de bens de capital	8.256.796,00	8.229.396,00	27.400,00	5.491.895,86	-2.737.500,14	66,74%
08 - Transferências de capital	596.500,00	623.900,00	-27.400,00	416.095,69	-207.804,31	66,69%
09 - Activos financeiros	525.000,00	525.000,00	0,00	521.752,03	-3.247,97	99,38%
10 - Passivos financeiros	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00	0,00%
Total das despesas de capital	9.383.296,00	9.383.296,00	0,00	6.429.743,58	-2.953.552,42	68,52%
Total da Despesa	17.704.101,00	17.704.101,00	0,00	13.625.746,63	-4.078.354,37	76,96%

Previsão/ Execução e Desvio da Despesas 2012



Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2012, estimaram-se inicialmente em 10.929.496,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 10.934.196,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 69,27%, sendo que, 66,74% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 77,000% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's				
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	8.256.796,00	8.229.396,00	5.491.895,86	66,74%
Actividades Mais Relevantes	2.672.700,00	2.704.800,00	2.082.621,86	77,00%
Total	10.929.496,00	10.934.196,00	7.574.517,72	69,27%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

Projectos das GOP's						
Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2012 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos		Realizado Total	Pago em 2012	Pago Total
Projectos do PPI						
Requalificação do Prado em Coja	150.982,31	73.151,99	224.134,30	35.418,50	186.400,81	
Telegestão	79.704,00	8.705,61	88.409,61	8.705,61	88.409,61	
Requalificação Antiga Cerâmica	2.803.350,37	3.786.473,76	6.589.824,13	3.570.047,27	6.373.397,64	
Aquisição Terrenos em Zonas Industriais	996.246,12	2.767,50	999.013,62	2.767,50	999.013,62	
Requalificação Estrada do Mosteiro/ Folques	144.124,03	6.187,70	150.311,73	6.187,70	150.311,73	
Requalificação Rede Viária Municipal	1.598.776,94	1.040.196,40	2.638.973,34	1.008.299,17	2.607.076,11	
Transferências para as Freguesias Regeneração Valorização Ribeira de Folques		503.350,78	503.350,78	488.350,78	488.350,78	
		105.052,71	105.052,71	72.536,49	72.536,49	
Piano Aldeia de Vila Cova	0,00	156.669,24	156.669,24	156.669,24	156.669,24	
Sub- Total	5.773.183,77	5.682.555,69	11.455.739,46	5.348.982,26	11.122.166,03	
Projectos das AMR's						
Transportes escolares		690.416,26	690.416,26	593.547,75	593.547,75	
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		181.951,54	181.951,54	163.149,26	163.149,26	
Custos Funcionamento das Aguas do Mondego		148.531,66	148.531,66	132.756,73	132.756,73	
Custos Funcionamento da ERSUC		139.862,86	139.862,86	131.160,82	131.160,82	
Apoio ao Associativismo		109.700,00	109.700,00	109.700,00	109.700,00	
Sub-Total	0,00	1.426.765,64	1.426.765,64	1.286.349,96	1.286.349,96	
Total	5.773.183,77	7.109.321,33	12.882.505,10	6.635.332,22	12.408.515,99	

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2012:

- = Requalificação da Antiga Cerâmica cuja obra se encontra já concluída (taxa de execução do ano de 90,61%);

- Aquisição de Terrenos nas Zonas Industriais, que respeita ao valor das aquisições feitas para o alargamento da Zona Industrial da Relvinha;
- Requalificação do Parque do Prado em Coja, cuja finalização financeira está prevista para 2013;
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 85,28%;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2012 ficou acima da verificada nos últimos seis anos.

Q. 
↓
PD
RPAS

E. S. Monteiro


Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

O Decreto-Lei n.º 116/84, de 06 de Abril regulamentava os limites dos encargos com o pessoal dos Municípios; no entanto a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/09, de 23 de Outubro, que veio revogar o anterior não inclui nenhuma limitação às despesas com o pessoal, podendo esta ser fixada no Orçamento de Estado.

O artigo 48º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2012), que determina que "Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e 2011, tenham reduzido em menos de 10 % o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 2 % o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011", foi cumprido conforme o já visto no capítulo dos Recursos Humanos.

Quanto às despesas com pessoal a Lei de Orçamento de Estado para 2012 não previu qualquer limite para esse ano. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, também em 2012, verificou-se um esforço de contenção de despesas com o pessoal.

Os gastos com Pessoal correspondem a 23,89% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (78,85%), a diminuição registada face a 2011, de 10,49%, foi sobretudo devido à redução dos montantes pagos a título de subsídio de férias e de natal e também da redução ao nível do pessoal em qualquer outra situação que foi reclassificado para a rubrica de despesa 04 (transferências correntes).

Handwritten notes and signatures in blue ink:
L. P. P.
R.P.A.
ESTABILITADO
A

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho extraordinário e o prestado em dias de descanso semanal, complementar e Feriados, bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo registou-se apenas um pequeno aumento dos outros suplementos e prémios (senhas de presença dos eleitos locais).

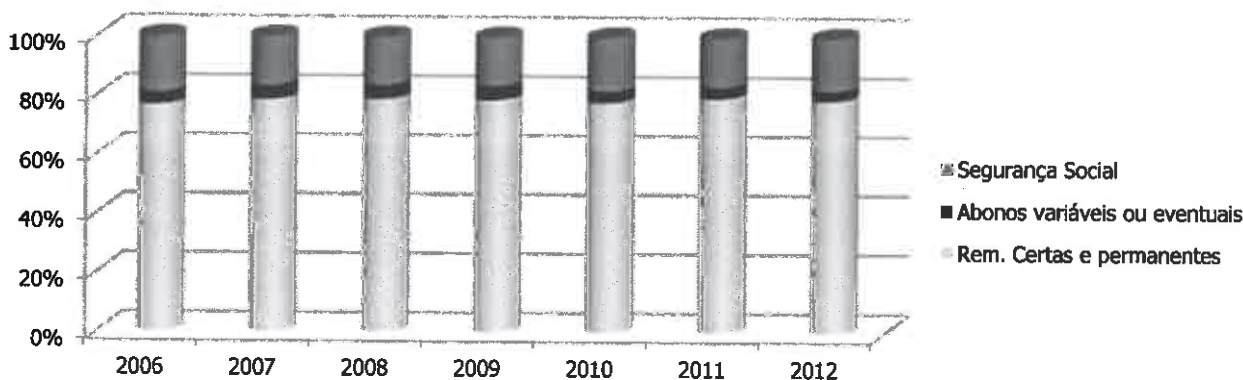
Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Finanças da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como "ADSE".

Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2012 o montante pago a este título totalizou os 69.919,00€, registado na rubrica "Encargos com a Saúde".

Da despesas com o pessoal destaca-se ainda a redução no valor de 9,7%, que se traduz em termos absolutos em menos de cerca de 350 mil euros.

Estrutura das despesas com pessoal



Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2012

Evolução das Despesas com Pessoal		2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total de 2012	Estru. %	Var. %
Rem. Certas e permanentes										
Rem. órgãos autárquicos		143.244,46	104.607,96	111.589,20	118.605,74	235.062,07	135.699,00	140.845,48	4,33%	-42,27%
Rem. pessoal do quadro		1.601.857,87	1.592.583,52	1.535.572,13	1.561.183,66	1.694.891,52	1.692.628,79	1.734.006,70	53,27%	-0,13%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho		705,37	70.982,60	158.077,86	179.387,02	179.387,02	248.153,58	221.475,81	6,80%	6,32%
Rem. pessoal contratado a termo		297.570,10	275.408,18	312.007,07	301.415,67	233.396,41	248.153,58	221.475,81	6,80%	6,32%
Pessoal em regime de tarefa ou averça		70.709,45	83.754,79	64.692,20	12.960,00	13.023,00	9.963,00	13.284,00	0,41%	-23,50%
Pessoal aguardando aposentação		1.202,77	545,26	0,00	563,66	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Pessoal em qualquer outra situação		15.322,72	4.836,00	21.503,88	40.131,18	96.762,38	89.121,75	0,00	0,00%	-7,90%
Representação		24.883,75	23.631,97	24.098,16	24.797,04	24.797,04	16.780,32	16.683,00	0,51%	-32,33%
Subsídio de alimentação		213.152,39	220.375,89	241.487,87	246.093,12	238.154,35	228.001,53	210.528,08	6,47%	-4,26%
Subsídio de férias e de natal		371.140,54	367.271,36	378.790,28	380.382,60	373.991,78	375.838,05	183.256,22	5,63%	0,49%
Rem. por doença maternidade/ paternidade		79.249,72	64.527,42	51.064,63	63.328,70	79.424,80	71.208,90	46.625,60	1,43%	-10,34%
Sub-total		2.819.039,14	2.808.524,95	2.898.883,28	2.928.848,39	2.989.503,35	2.867.394,92	2.566.704,89	78,85%	-4,08%
Abonos variáveis ou eventuais										
Gratificações variáveis ou eventuais		1.409,92	0,00	599,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Horas extraordinárias		47.132,99	78.993,15	76.379,58	77.885,55	77.908,27	62.052,98	47.845,60	1,47%	-20,35%
Ajudas de custo		65.305,47	64.073,53	67.830,12	66.739,91	46.633,55	34.675,80	31.484,04	0,97%	-25,64%
Abono para falhas		3.493,52	3.947,09	4.443,40	4.684,40	4.392,87	20.282,56	8.060,44	0,25%	361,72%
Subsídio trabalho noturno		3.953,60	4.300,56	4.077,93	5.443,51	4.709,03	6.020,01	5.154,69	0,16%	-13,49%
Subsídio de turno		13.490,38	8.123,81	8.336,31	7.989,32	7.374,09	7.422,25	6.154,76	0,19%	-7,70%
Indemnizações por cessação de funções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros suplementos e prémios		23.941,15	19.043,80	19.500,75	24.145,11	18.955,68	17.547,74	17.791,55	0,55%	-7,43%
Sub-total		158.727,03	178.481,94	181.167,49	186.887,80	159.973,49	148.001,34	116.491,08	3,58%	-7,48%
Segurança Social										
Encargos com a saúde		25.673,76	27.492,03	22.329,96	30.119,11	31.546,01	69.919,00	79.234,89	2,43%	-15,13%
Outros encargos com a saúde		41.806,30	35.552,13	34.536,48	34.753,40	35.326,90	26.538,36	20.820,63	0,64%	-24,88%
Subsídio familiar a crianças e jovens		6.265,62	5.110,92	7.489,18	7.933,36	7.912,40	6.389,05	9.131,57	0,28%	-19,25%
Outras Prestações Familiares		210.150,23	76.984,64	65.929,40	73.014,55	149.934,43	18.380,43	11.436,86	0,35%	-87,74%
ADSE		265.419,35	290.732,86	287.005,02	288.613,90	280.331,26	270.069,02	256.412,42	7,88%	-3,66%
segurança social dos funcionários públicos		89.915,37	105.031,22	128.478,62	139.873,70	159.306,67	147.646,38	139.062,51	4,27%	-7,32%
segurança social regime geral		710,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras pensões		48.586,77	43.261,55	45.430,08	28.943,72	23.120,88	23.951,60	27.603,62	0,85%	3,59%
seguros		688.527,80	594.165,35	591.198,74	603.251,74	687.478,55	589.666,02	572.087,65	17,57%	-14,23%
Sub-total		3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39	3.605.062,28	3.255.283,62	100,00%	-6,04%
Total										

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal foram enviados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o disposto no n.º 5 da Lei das Finanças Locais.

Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2011 e 2012, com as respetivas exceções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2011			
	Final trimestre 2011 (1)	Final trimestre 2012 (2)	Comparação [2012-2011] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.605.062,28	3.255.283,62	-349.778,66
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)			0,00
TOTAL	3.605.062,28	3.605.062,28	-349.778,66
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2011 houve uma variação negativa das despesas com pessoal e aquisição de serviços, pelo que não foi necessário o valor das exceções.

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas correntes totais diminuiu para valores não registados nos últimos sete anos..

Despesa Pessoal / Despesa Corrente								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com Pessoal	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39	3.605.062,28	3.255.283,62
Despesas Correntes	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05
Desp. Pessoal/ Correntes	56,29%	52,79%	51,93%	50,45%	53,46%	47,56%	50,23%	45,24%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia

Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Anseriz	1	7.763,56
Arganil	1	7.767,83
Barril de Alva	1	10.314,99
Benfeita	3	23.925,40
Celavisa	2	17.227,80
Cepos	2	20.246,31
Cerdeira	1	8.414,14
Coja	2	13.377,39
Folques	2	16.082,33
Moura da Serra	2	16.632,70
Piódão	3	29.558,96
Pomares	3	24.399,62
Pombeiro Beira	3	28.711,58
Secarias	1	5.713,91
Sarzedo	1	7.987,45
S.Mart.Cortiça	2	16.513,49
Teixeira	1	8.886,22
Vila Cova Alva	2	17.212,26
Total	33	280.735,94

Refere-se ainda que, a título de Adenda à Delegação de competências foram transferidos os seguintes valores:

- Freguesia de Coja – 13.262,00€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 11.517,00€;
- Freguesia Folques – 3.141,00€;
- Freguesia da Benfeita – 3.141,00€;
- Freguesia do Sarzedo – 6.980,00€;
- Freguesia das Secarias – 4.188,00€.

Num total de 42.229,00€.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

É de sublinhar, que o F.S.M. não se trata de uma receita acrescida para as autarquias, mas de parte dos anteriores Fundos Municipais extintos pela nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro), que antes de 2007 eram transferidos sem qualquer condicionalismo, e que passaram com a criação do F.S.M. a serem obrigatoriamente alocadas a determinadas funções sociais. A instituição do F.S.M. traduziu-se assim, numa perda de autonomia financeira dos Municípios, em relação às verbas transferidas anualmente através do Orçamento de Estado.

No exercício de 2009 foram introduzidas alterações pela Lei 64-A/2008 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado de 2009), e que se mantiveram em 2010, 2011 e 2012, conforme definido na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, ao nível das despesas enquadráveis no F.S.M., que inicialmente estavam definidas na Lei das Finanças Locais, deixando de ser aceites os encargos com o 2º e 3º Ciclos do ensino básico.

O Município saiu em claro prejuízo com esta mudança, que tem reflexos principalmente ao nível dos transportes escolares, que deixaram de poder ser financiados pelo F.S.M. passando a ser suportados na totalidade pelo Município.

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2012, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 199.598,00 € (valor definido na Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2012), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2013 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2012 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 688.470,01€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 350.776,45€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2012 relativos ao funcionamento do 1.º CEB e Pré - Escolar:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RPLS' and '2012-12-20']

FSM 2012					
Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	220.512,94				
Refeições Escolares	171.049,95				
Prolongamento horário	18.998,97	199.598,00	138.123,56	78.513,47	272.234,98
Pessoal Auxiliar	209.088,03				
Outras Despesas de Fun. Corrente	68.820,12				
Total	688.470,01	199.598,00	138.123,56	78.513,47	272.234,98

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 39,55%, que é diretamente participado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 272 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB e Pré-Escolar.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos (para aquisição de livros escolares), reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor atribuído para aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 9.284,45€.

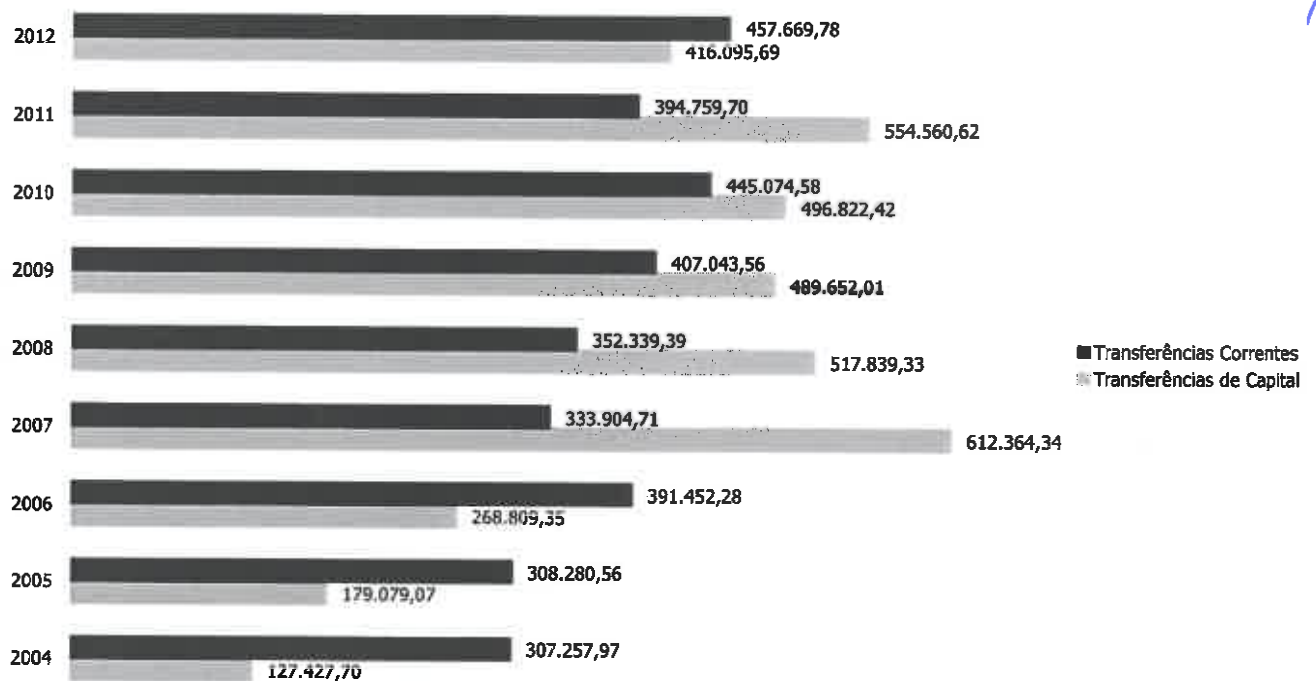
Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

Por outro lado, o Investimento realizado neste sector, nomeadamente os Centros Escolares, não é participado a 100%, sendo a taxa de participação efetiva de 85%.

Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos nove anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências Correntes	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78
Transferências de Capital	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2012 as transferências correntes sofreram um aumento relativamente a 2011. A este aumento está associado o pagamento ao pessoal em qualquer outra situação nesta rúbrica da despesa.

Por outro lado as transferências de capital viram o seu valor a diminuir. Esta diminuição deve-se sobretudo à diminuição das transferências para as Juntas ao abrigo de contratos programa e transferências para outras instituições sem fins lucrativos.

Das Transferências correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 24% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 20%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 95% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja.

Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta – transferência, quer de forma indireta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

Montantes Recebidos - direta e indiretamente pelas Juntas de Freguesia						
Freguesia	Adendas					
	Delegação de Competências	Delegação Comp.	Contratos Programa	Outros Apoios	Pessoal	Total
Anseriz	6.000,00		4.000,00		7.763,56	17.763,56
Arganil	22.500,00		3.250,00		7.767,83	33.517,83
Barril de Alva	6.630,00		5.500,00		10.314,99	22.444,99
Benfeita	10.632,00		3.000,00		23.925,40	37.557,40
Celavisa	7.783,00		8.974,34		17.227,80	33.985,14
Cepos	6.569,00		5.500,00		20.246,31	32.315,31
Cerdeira	6.537,00		3.500,00		8.414,14	18.451,14
Coja	19.529,00	13.262,00	15.250,00	412,59	13.377,39	61.830,98
Folques	9.648,00	3.141,00	18.500,00	3.775,79	16.082,33	51.147,12
Moura da Serra	6.305,00				16.632,70	22.937,70
Piódão	10.739,00		5.000,00		29.558,96	45.297,96
Pomares	12.867,00		11.785,99		24.399,62	49.052,61
Pombeiro Beira	18.279,00	16.384,31	23.848,61		28.711,58	87.223,50
Secarias	7.743,00	4.188,00	5.375,00		5.713,91	23.019,91
Sarzedo	10.732,00	13.619,63	16.000,00		7.987,45	48.339,08
S.Mart.Cortiça	20.443,00	34.206,86	27.252,21		16.513,49	98.415,56
Teixeira	7.714,00		16.000,00		8.886,22	32.600,22
Vila Cova Alva	9.350,00		7.500,00		17.212,26	34.062,26
Total	200.000,00	84.801,80	180.236,15	4.188,38	280.735,94	749.962,27

Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 8,6% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos à Freguesia de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências, no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram os seguintes valores:
 - S. Martinho da Cortiça – 20.595,86€;
 - Pombeiro da Beira – 16.384,31€.

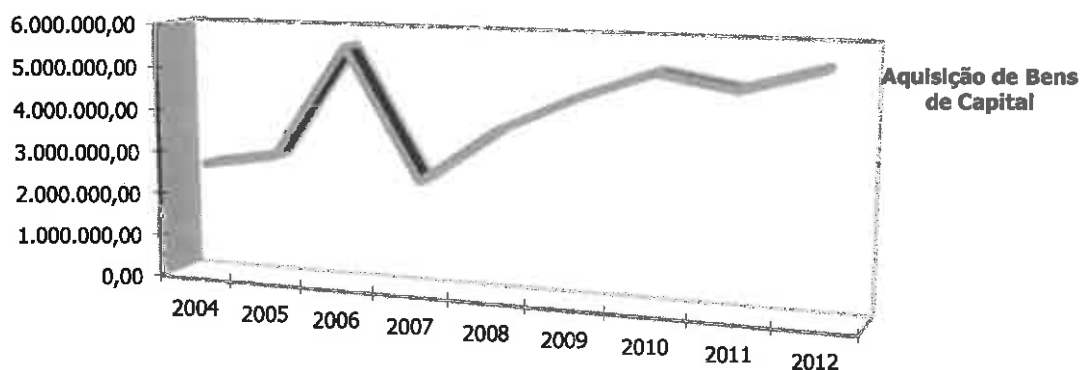
Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name ESPANHA.

Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos nove anos.

Aquisição de Bens de Capital									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Aquisição de Bens de Capital	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.118,23	5.491.895,86

Aquisição de Bens de Capital



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma subida aproximando-se bastante do registado no ano de 2006.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 363.876,18€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica "Aquisição de bens de Capital" representa 40,31% das Despesas Totais.

Município de Argemil
Relatório de Gestão - 2012

Orçamental	2009			2010			2011			2012		
	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total	Tx Exec. %
Despesas Correntes												
Pessoal	3.831.100,00	3.786.526,13	98,84%	3.942.298,00	3.869.532,63	98,15%	3.732.488,00	3.638.200,00	97,47%	3.375.255,00	3.285.552,81	97,34%
Aquisição de Bens e Serviços	3.653.000,00	3.145.499,88	86,11%	3.620.050,00	3.427.141,24	94,67%	3.335.351,00	2.977.176,88	89,26%	3.803.850,00	3.237.310,02	85,11%
Juros e Outros Encargos	175.500,00	149.561,18	85,22%	129.500,00	119.089,68	91,96%	202.500,00	190.013,85	93,83%	187.500,00	171.923,63	91,69%
Transferências Correntes	503.100,00	475.999,89	94,61%	475.450,00	467.802,05	98,39%	459.250,00	405.969,39	88,40%	531.200,00	458.669,78	86,35%
Outras Despesas Correntes	504.500,00	462.293,09	91,63%	524.500,00	506.276,88	96,53%	466.400,00	397.434,61	85,21%	423.000,00	371.070,40	87,72%
Total Despesas Correntes	8.667.200,00	8.019.880,17	92,53%	8.691.798,00	8.389.842,48	96,53%	8.195.989,00	7.608.794,73	92,84%	8.320.805,00	7.524.526,64	90,43%
Despesas de Capital												
Aquisição de Bens de Capital	11.579.000,00	7.695.384,15	66,46%	11.235.900,00	6.178.651,35	54,99%	8.521.900,00	5.725.398,20	67,18%	8.229.396,00	5.840.772,04	70,97%
Transferências de Capital	535.000,00	500.902,01	93,63%	720.000,00	545.888,42	75,82%	635.000,00	593.474,99	93,46%	623.900,00	431.095,69	69,10%
Activos Financeiros	0,00	0,00	100,00%	5.000,00	0,00	0,00%	25.000,00	0,00	300,00%	0,00	0,00	400,00%
Passivos Financeiros	550.000,00	540.170,98	98,21%	550.000,00	532.155,31	96,76%	530.000,00	525.584,89	99,17%	525.000,00	521.752,03	99,38%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	100,00%	5.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	300,00%	5.000,00	0,00	400,00%
Total Despesas de Capital	12.664.000,00	8.736.457,14	68,99%	12.515.900,00	7.256.695,08	57,98%	9.711.900,00	6.844.458,08	70,47%	9.383.296,00	6.793.619,76	72,40%
Total das Despesas	21.331.200,00	16.756.337,31	78,55%	21.207.698,00	15.646.537,56	73,78%	17.907.899,00	14.453.252,81	80,71%	17.704.101,00	14.318.146,40	80,87%

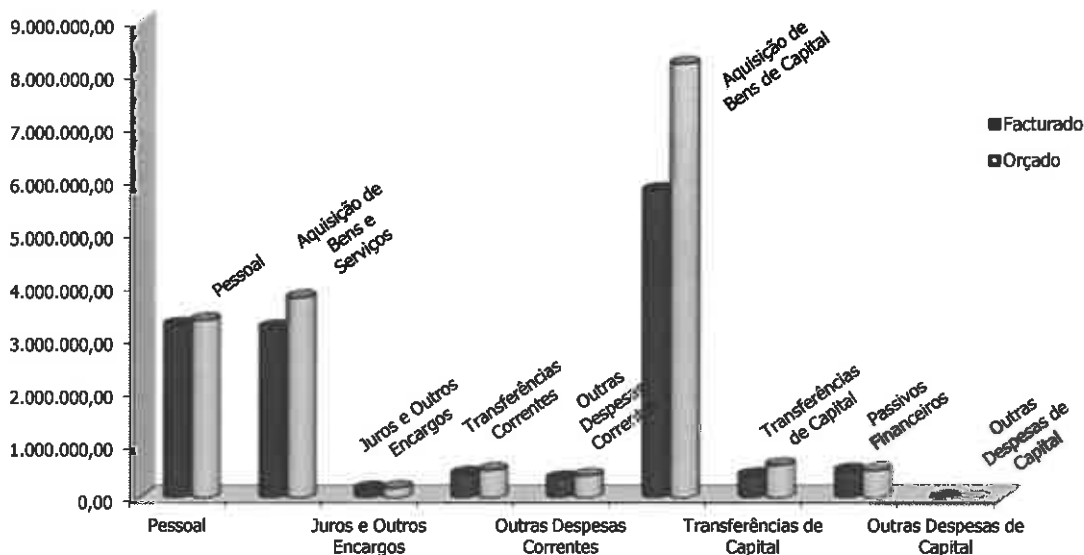
SA

 PPA
 59/88
 SECRETARIA

Quadro Evolutivo da Despesa

	2009	2010	Var%	2011	Var%	2012	Var%
Orçamentado	21.331.200,00	21.207.698,00	-0,58%	17.907.889,00	-15,56%	17.704.101,00	-1,14%
Cabimentado	18.441.411,68	18.004.325,03	-2,37%	16.199.268,26	-10,03%	15.445.478,09	-4,65%
Facturado	16.756.337,31	15.646.537,56	-6,62%	14.453.252,81	-7,63%	14.318.146,40	-0,93%
Executado	12.627.764,39	14.380.456,96	13,88%	13.241.108,35	-7,92%	13.625.746,63	2,90%

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2012



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2012

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	8.320.805,00	7.717.611,11	7.524.526,64	7.196.003,05	328.523,59	193.084,47
1.1 Pessoal	3.375.255,00	3.285.552,81	3.285.552,81	3.255.283,62	30.269,19	0,00
1.3 Aquisição de Bens	748.250,00	652.468,25	638.040,29	563.543,44	74.496,85	14.427,96
1.2 Aquisição de Serviços	3.055.600,00	2.756.635,13	2.599.269,73	2.387.204,48	212.065,25	157.365,40
1.4 Juros e Outros Encargos	187.500,00	172.540,53	171.923,63	171.906,91	16,72	616,90
1.5 Transferências Correntes	531.200,00	470.739,55	458.669,78	457.669,78	1.000,00	12.069,77
1.6 Outras Despesas Correntes	423.000,00	379.674,84	371.070,40	360.394,82	10.675,58	8.604,44
2. Despesas de Capital	9.383.296,00	7.162.373,53	6.793.619,76	6.429.743,58	363.876,18	368.753,77
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	4.440.000,00	4.041.235,86	3.919.638,28	3.700.391,40	219.246,88	121.597,58
2.2 Construções Diversas	3.392.396,00	1.841.581,32	1.684.951,30	1.579.588,68	105.362,62	156.630,02
2.3 Material de Transporte	65.000,00	46.190,25	46.065,25	46.065,25	0,00	125,00
2.4 Equipamento e Software Informático	96.000,00	57.317,46	52.120,34	48.942,42	3.177,92	5.197,12
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	177.000,00	143.828,49	120.899,46	99.810,70	21.088,76	22.929,03
2.6 Outros Investimentos	59.000,00	33.362,46	17.097,41	17.097,41	0,00	16.265,05
2.7 Transferências de Capital	623.900,00	477.105,66	431.095,69	416.095,69	15.000,00	46.009,97
2.8 Passivos Financeiros	525.000,00	521.752,03	521.752,03	521.752,03	0,00	0,00
2.9 Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Despesas (1+2)	17.704.101,00	14.879.984,64	14.318.146,40	13.625.746,63	692.399,77	561.838,24

J. P. O. A.
RP
EXAMINADA

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 14.318.146,40€, representando menos 135.106,41€ do que no ano de 2011;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2012, que transitou para o exercício de 2013, foi de 692.399,77€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou bastante próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2012, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 561.838,24€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 90,43%
 - Despesas de capital – 72,40%

RP
RPAS

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2012 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 15.022.074,40€. Deste montante, 13.586.973,48€ são provenientes de receitas orçamentais e 575.896.47,00€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 15.022.074,40€, repartidas pelas despesas orçamentais (13.625.746,63€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (610.327,96€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2011, no valor total de 859.204,45€, o saldo a transitar para o ano económico de 2013, será de 785.999,81€ Este saldo da gerência de 2012 decompõe-se em 385.556,71€, como saldo de operações orçamentais, e em 400.443,10€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
	424.329,86	434.874,59
Saldo da gerência anterior (2011)		
2011		
Receitas	13.586.973,48	575.896,47
Despesas	13.625.746,63	610.327,96
Saldo para gerência seguinte	385.556,71	400.443,10

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores											
Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

4.6 Endividamento

Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Neste ponto importa enquadrar o endividamento de médio e longo prazo o qual, inicialmente previsto na Lei das Finanças Locais, foi alterado inicialmente pela Lei de Orçamento de Estado para 2011 e agora pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado.

O número 2 do artigo 66º do referido diploma legal dispõe que, *“No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.os 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município.”*

Do exposto conclui-se que o limite de endividamento de médio e longo prazo para o Município de Arganil no ano de 2012 será o valor que existia a 31 de Dezembro de 2011 acrescido do valor do rateio.

No quadro seguinte podemos verificar que o Município de Arganil no ano de 2012 tem margem para o endividamento de médio e longo prazo, no valor de 205.710,00€.

Endividamento de médio e longo prazo	
Endividamento de médio e longo prazo em 31-12-2011 (não considera o valor dos empréstimos excecionados)	7.300.000,00
Rateio de acordo com o n.º 2 do art. 53º LOE	0,00
Limite ao endividamento de médio e longo prazo Valor comunicado pela DGAL (informação constante do Portal da DGAL)	7.005.710,00
Endividamento Médio e longo prazo em 31-12-2012	6.800.000,00
Margem de endividamento ML Prazo	205.710,00

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo												
Descrição	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Amortização de Capital	604.246,99	71%	577.306,05	69%	540.170,98	78%	532.155,31	86%	525.584,89	74%	521.752,04	76%
Encargos Financeiros	248.477,74	29%	259.045,90	31%	149.405,73	22%	84.218,05	14%	184.636,39	26%	166.144,94	24%
Serviço da Dívida	852.724,73	100%	836.351,95	100%	689.576,71	100%	616.373,36	100%	710.221,28	100%	687.896,98	100%

O total do serviço da dívida em 2012 ascendeu a 687.896,98€, menos 22.324,30€ do que em 2011. Tal situação deveu-se essencialmente à redução do valor de juros pagos.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 166.144,94€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 521.752,04€, as quais representam 76% do valor total do serviço da dívida.

Em 2012 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 500.000,00€
- Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários – 21.752,04€;

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 164.238,58€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários – 1.906,35€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2012, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários ascendia a 72.613,01€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

Limite Legal Endividamento Líquido Municipal

Tal como o limite de endividamento de médio e longo prazo foi alterado inicialmente pela Lei de Orçamento de Estado para 2011 e agora pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado para 2012, também o limite do endividamento líquido sofreu alterações.

O n.º 1 do art. 66º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro – Lei de Orçamento de Estado para 2012, define que “O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

O limite em questão é calculado de forma compatível com o SEC 95, tendo como fim controlar o stock da dívida, sendo introduzido para possibilitar o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no âmbito da União Económica e Monetária, nomeadamente do critério do défice das contas públicas. Deste modo, foi imposto ao subsector das autarquias, através Lei das Finanças Locais (Lei 2/ 2007, de 15 de Janeiro), uma limitação ao Endividamento Líquido do conjunto do Município e das Empresas Municipais. O Endividamento Líquido é calculado através da diferença entre Passivos e Ativos Financeiros, sendo retirados os Empréstimos em dívida excepcionados.

Acresce que, nos termos do nº 4 do artigo 5º da Lei das Finanças Locais, a violação dos limites de endividamento líquido previsto para cada município origina uma redução no mesmo montante, na transferência do FEF devidas no ano seguinte.

Ora, nos termos do artigo 58º do Decreto de Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro – Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2012, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até de 15 de Junho, os montantes máximos de endividamento. Esta comunicação foi efetuada através do Portal daquela entidade onde estão publicados todos os limites de endividamento dos diversos Municípios.

No quadro seguinte podemos analisar a evolução do endividamento do Município de Arganil:

Município de Arғанil
Relatório de Gestão - 2012

Evolução do endividamento líquido

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var. %
Passivos Financeiros (1)									
Médio e Longo Prazos									
Empréstimos	2.431.029,38	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	-10,91%
Forn. Sistema Locação Financeira	865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Curto Prazo									
Empréstimos	0,00	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	43,66%
Fornecedores (c/c e imobilizado)	4.177.197,71	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	-41,94%
Estado e Outros Entes Públicos	37.666,15	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	-39,10%
Administração Autárquica	46.571,47	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.835,25	38.914,37	15.705,20	-59,64%
Outros Credores	628.928,51	518.818,39	365.361,55	363.262,30	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	-11,31%
Acréscimos e Diferimentos*	364.998,54	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.538,13	5,16%
Total Passivos Financeiros	8.551.712,19	7.734.814,43	7.048.539,72	6.697.670,94	9.231.874,93	10.005.526,11	9.347.741,46	8.276.765,58	-11,46%
Activos Financeiros (2)									
Caixa	2.252,30	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	27,49%
Depósitos Instituições Financeiras	730.680,62	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.792,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	-8,63%
Clientes	56.589,23	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	25.268,12	41.137,43	138.589,85	236,89%
Estado e Outros Entes Públicos	24.094,94	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	-64,66%
Acréscimos e Diferimentos	25.857,04	33.058,80	51.103,19	178.028,08	93.659,02	375.221,42	564.173,25	565.050,51	0,16%
Investimentos Financeiros	238.356,95	238.356,95	238.356,95	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	0,00%
Total dos Activos Financeiros	1.077.831,08	1.598.821,19	1.137.806,20	1.376.725,99	1.441.463,57	3.131.407,71	3.045.774,64	2.197.732,53	-27,84%
Endividamento Líquido (1)-(2)	7.473.881,11	6.135.993,24	5.910.733,52	5.320.944,95	7.790.411,36	6.874.118,40	6.301.966,82	6.079.033,05	-3,54%

* Para cálculo do end. líquido não entram as contas 2745 e 2749.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "R.B.P.", "R.P.A.", and "Ed. 01/11/2012".

Do quadro acima podemos concluir que, em 2012, o endividamento líquido sofre um decréscimo de 3,54% relativamente ao ano de 2011; o que permite cumprir o limite de endividamento estabelecido.

No quadro seguinte apresenta-se o apuramento da situação de endividamento no final de 2012, onde se comparam os valores registados no Município e os limites estabelecido:

Apuramento da situação de endividamento no final de 2012		
Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo	749.529,82	(A) = Saldo credor conta 2312 emp. MLP com exigibilidade de curto prazo
Capital em dívida de médio e longo prazos	6.123.083,19	(B) = Saldo credor conta 2312 emp. MLP com exigibilidade de longo prazo
Total Endividamento Líquido	6.079.033,05	(C) = Passivos Financeiros - Activos Financeiros
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento	72.613,01	(D) Inclui o valor de curto prazo com exigibilidade de curto prazo e o valor de médio e longo prazo
Capital em dívida de médio e longo prazo a cc	6.800.000,00	(E) = (A) + ((B) - (C)) Inclui o valor com exigibilidade de curto prazo e o valor de médio e longo prazo
Endividamento líquido a considerar	6.006.420,04	(F) = (C) - (D)
Limites endividamento municipal		
Endividamento de médio e longo prazos	7.005.710,00	(H)
Endividamento líquido	6.197.302,00	(I)
Excesso		
Endividamento de médio e longo prazos		(K) = Excesso, se (E) > (H); (K) = Margem, se (E) < (H) Considerando para o limite os 727.777,80 de empréstimos não excepcionados registados no curto prazo
	Margem	205.710,00
Excesso		
Endividamento líquido		(L) = Excesso, se (F) > (I); (L) = Margem, se (F) < (I)
	Margem	190.881,96

Do quadro do apuramento da situação de endividamento líquido constata-se que o limite do endividamento líquido foi cumprido, existindo ainda uma margem de cerca de 190 mil euros.

Caso o limite de endividamento fosse calculado de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais, este seria de 9.381.325,39€ o que implicaria uma margem de 3.374.905,35€.

Em matéria de endividamento e stock de dívida importa referir o artigo 65º da Lei de Orçamento de Estado para 2012.

Refere concretamente esse artigo que:

3 — Até ao final do ano de 2012, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011.

4 — À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal suportados em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 21.º da presente lei, a qual deverá ser obrigatoriamente afeta, por esta ordem, à:

- a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIAL, em Setembro de 2011;
- b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no SIAL em Setembro de 2011;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazos.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até final do mês de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5 % de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIAL entre Junho e Dezembro de 2011.

Tendo em conta o referido, os objetivos de redução para o Município de Arganil eram os seguintes:

Objetivos de Redução até final de 2012					
Pagamentos em atraso (PA) em 30/09/2011 (1)	nº 3 do artº 65º da LOE/2012	nº 4 do artº 65º da LOE/2012(2)	Total PA a reduzir até final de 2012	Objetivo PA final de 2012	A Afetar á redução de EANP e amortização de EMLP
(a)	(b)= 10%*(a)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)= (a)-(d), se >0 : 0	(f)=(d)-(a), se (d)>(a): 0
270 653,86	27 065,39	183 554,88	210 620,27	60 033,59	0
Objetivo de redução até final de Junho 2012			Situação em Junho de 2012		
Média PA Junho a Dezembro 2011 (1)	nº5 do artº 65º da LOE/2012	Objetivo PA Junho de 2012	Pagamentos em atraso (PA)em 30/06/2012 (1)	Superação (+)/ Desvio (-)do objetivo até Junho/2012	Superação (+)/ Desvio(-) do objetivo até Dezembro/2012 (3)
(g)	(h)=5%*(g)	(i)=(g)-(h)	(j)	(k)=(i)-(j)	(l)=(e)-(j)
225 516,17	11 275,81	214 240,36	0	214 240,36	60 033,59

Do quadro acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O montante de pagamentos em atraso que o Município de Arganil poderia registar no final de 2012 era de 60.033,59€;
- O valor de pagamentos em atraso em dezembro de 2012 era de valor zero,

Dado o exposto conclui-se que o disposto no artigo 65º da LOE/2012 foi efetivamente cumprido, superando-se os objetivos.

5. Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município, totalizavam, em 31 de Dezembro de 2012, 55.806.067,29€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2011 para 2012 (mais 5,41%), reflete por um lado o investimento em infraestruturas (aumento do valor do ativo imobilizado) em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 5 anos, destacando-se pelo seu valor a obra de Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (96%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua conseqüente materialização em bens duradouros.

Por outro lado, estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos mas sobretudo as participações financeiras comunitárias e nacionais para projetos do Município, no âmbito dos contratos aprovados que se encontram em curso, representando, em 31-12-2012, o valor de 477.217,38€, que no seu conjunto são cerca de 32,43% do Ativo Circulante.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos - custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2012.

Os Fundos Próprios aumentaram 7,01% relativamente ao ano de 2011 e são constituídos maioritariamente pelo Património.

O valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações do Balanço Inicial;

O resultado líquido foi positivo no valor de 1.304.462,28€, registando um aumento substancial relativamente a 2011 de 81,55%;

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 369.122,50€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

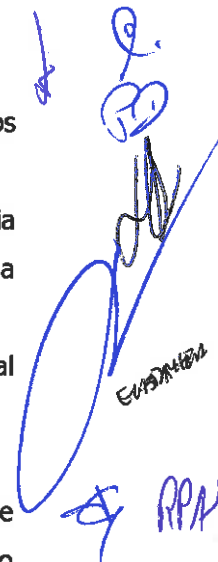
A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 12.721.450,89€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 98% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 2% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2013, que à data de 31-12-2012 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

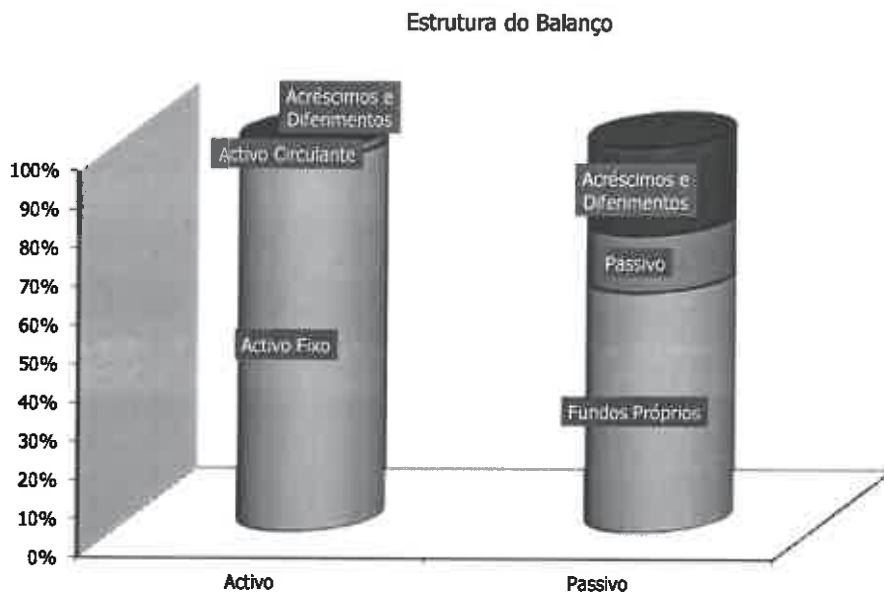
No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.



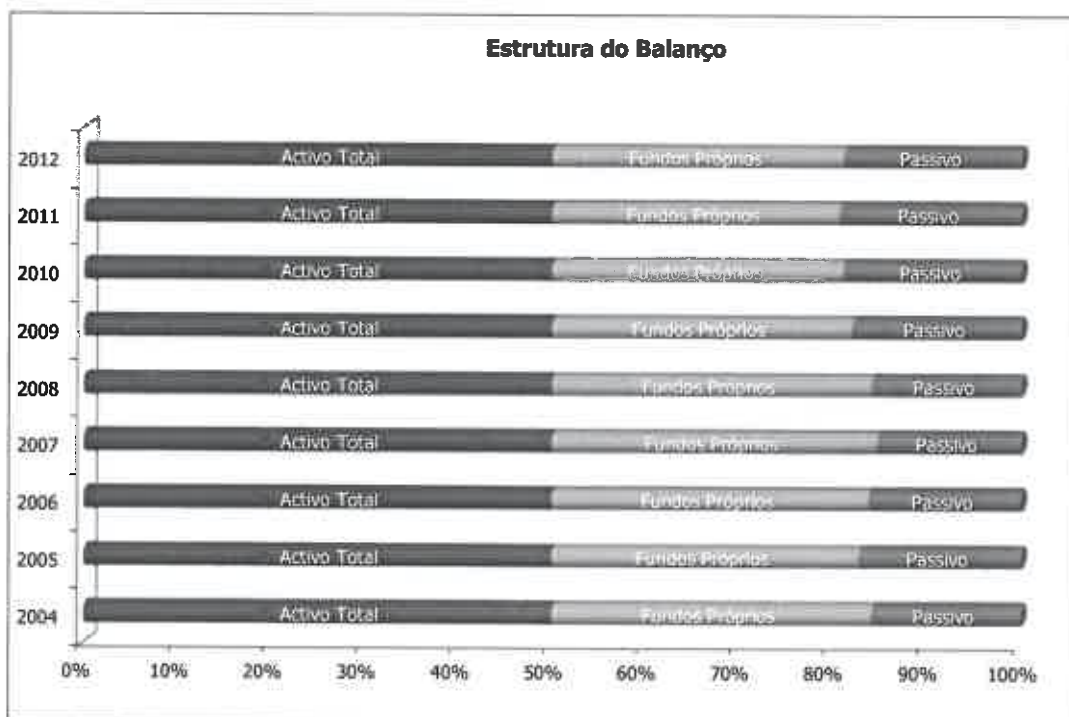
Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'E. SANTOS' and the initials 'PPA'.

Designação	2009		2010		2011		2012		Variação 11/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	46.127.164,03	97,24%	47.113.167,72	94,06%	50.045.523,17	94,53%	53.769.508,58	96,35%	3.723.985,41	7,44%
1.1 Bens do Domínio Público	23.499.261,85	49,54%	22.942.537,24	45,80%	22.936.684,29	43,33%	24.223.149,78	43,41%	1.286.465,49	5,61%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	383.888,57	0,81%	272.058,93	0,54%	326.103,27	0,62%	190.434,58	0,34%	-135.668,69	-41,60%
1.3 Imobilizações Corpóreas	22.013.138,63	46,41%	23.667.696,57	47,25%	26.551.860,63	50,15%	29.125.049,24	52,19%	2.573.188,61	9,69%
1.4 Investimentos Financeiros	230.874,98	0,49%	230.874,98	0,46%	230.874,98	0,44%	230.874,98	0,41%	0,00	0,00%
2. Circulante	1.216.168,93	2,56%	2.601.860,13	5,19%	2.329.909,39	4,40%	1.471.508,20	2,64%	-858.401,19	-36,84%
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	99.239,36	0,21%	76.548,82	0,15%	79.182,98	0,15%	69.701,16	0,12%	-9.481,82	-11,97%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	648.950,51	1,37%	1.532.918,56	3,06%	1.391.521,96	2,63%	615.807,23	1,10%	-775.714,73	-55,75%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	467.979,06	0,99%	992.392,75	1,98%	859.204,45	1,62%	785.999,81	1,41%	-73.204,64	-8,52%
3. Acréscimos e Diferimentos	93.659,02	0,20%	375.221,42	0,75%	564.787,40	1,07%	565.050,51	1,01%	263,11	0,05%
Activo (1+2+3)	47.436.991,98	100,00%	50.090.249,27	100,00%	52.940.219,96	100,00%	55.806.067,29	100,00%	2.865.847,33	5,41%
4. Património	28.278.411,97	92,98%	30.020.098,34	96,18%	31.385.996,14	96,44%	33.045.405,77	94,89%	1.659.409,63	5,29%
5. Reservas	358.797,38	1,18%	399.532,27	1,28%	439.123,46	1,35%	475.049,99	1,36%	35.926,53	8,18%
6. Resultados Transitados	962.102,03	3,16%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-351,57	0,00%	-351,57	-
7. Resultado Líquido do Exercício	814.697,83	2,68%	791.823,76	2,54%	718.530,68	2,21%	1.304.462,28	3,75%	585.931,60	81,55%
Fundos Próprios (4+5+6+7)	30.414.009,21	100,00%	31.211.454,37	1,00	32.543.650,28	1,00	34.824.566,47	100,00%	2.280.916,19	7,01%
8. Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00%	250.889,59	1,33%	407.638,53	2,00%	290.822,48	1,39%	-116.816,05	-28,66%
8. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	3.819.949,93	22,44%	7.394.365,04	39,17%	6.872.613,01	33,69%	6.123.083,19	29,18%	-749.529,82	-10,91%
8.1 Dívidas a instituições de crédito	3.819.949,93	22,44%	7.394.365,04	39,17%	6.872.613,01	33,69%	6.123.083,19	29,18%	-749.529,82	-10,91%
9. Dívidas a terceiros - Curto prazo	4.990.403,49	29,32%	2.163.927,85	11,46%	2.182.671,40	10,70%	1.846.144,26	8,80%	-336.527,14	-15,42%
9.1 Empréstimos de curto prazo	532.155,31	3,13%	525.584,89	2,78%	521.752,03	2,56%	749.529,82	3,57%	227.777,79	43,66%
9.2 Fornecedores, c/c	970.427,95	5,70%	267.392,05	1,42%	417.683,21	2,05%	306.307,26	1,46%	-111.375,95	-26,67%
9.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência					12.314,15	0,06%	0,00	0,00%	-12.314,15	-100,00%
9.4 Fornecedores de imobilizado, c/c	3.009.938,94	17,68%	811.899,08	4,30%	686.942,51	3,37%	342.166,44	1,63%	-344.776,07	-50,19%
9.5 Estado e outros entes públicos	37.059,87	0,22%	59.215,22	0,31%	55.863,53	0,27%	34.021,57	0,16%	-21.841,96	-39,10%
9.6 Administração autárquica	22.041,11	0,13%	50.835,25	0,27%	38.914,37	0,19%	15.705,20	0,07%	-23.209,17	-59,64%
9.7 Outros credores	418.780,31	2,46%	449.001,36	2,38%	449.201,60	2,20%	398.413,97	1,90%	-50.787,63	-11,31%
10. Acréscimos e Diferimentos	8.212.629,35	48,24%	9.069.612,42	48,04%	10.933.646,74	53,61%	12.721.450,89	60,63%	1.787.804,15	16,35%
Passivo (8+9+10)	17.022.982,77	100,00%	18.878.794,90	100,00%	20.396.569,68	100,00%	20.981.500,82	100,00%	584.931,14	2,87%
Fundos Próprios e Passivo	47.436.991,98		50.090.249,27		52.940.219,96		55.806.067,29		2.865.847,33	5,41%

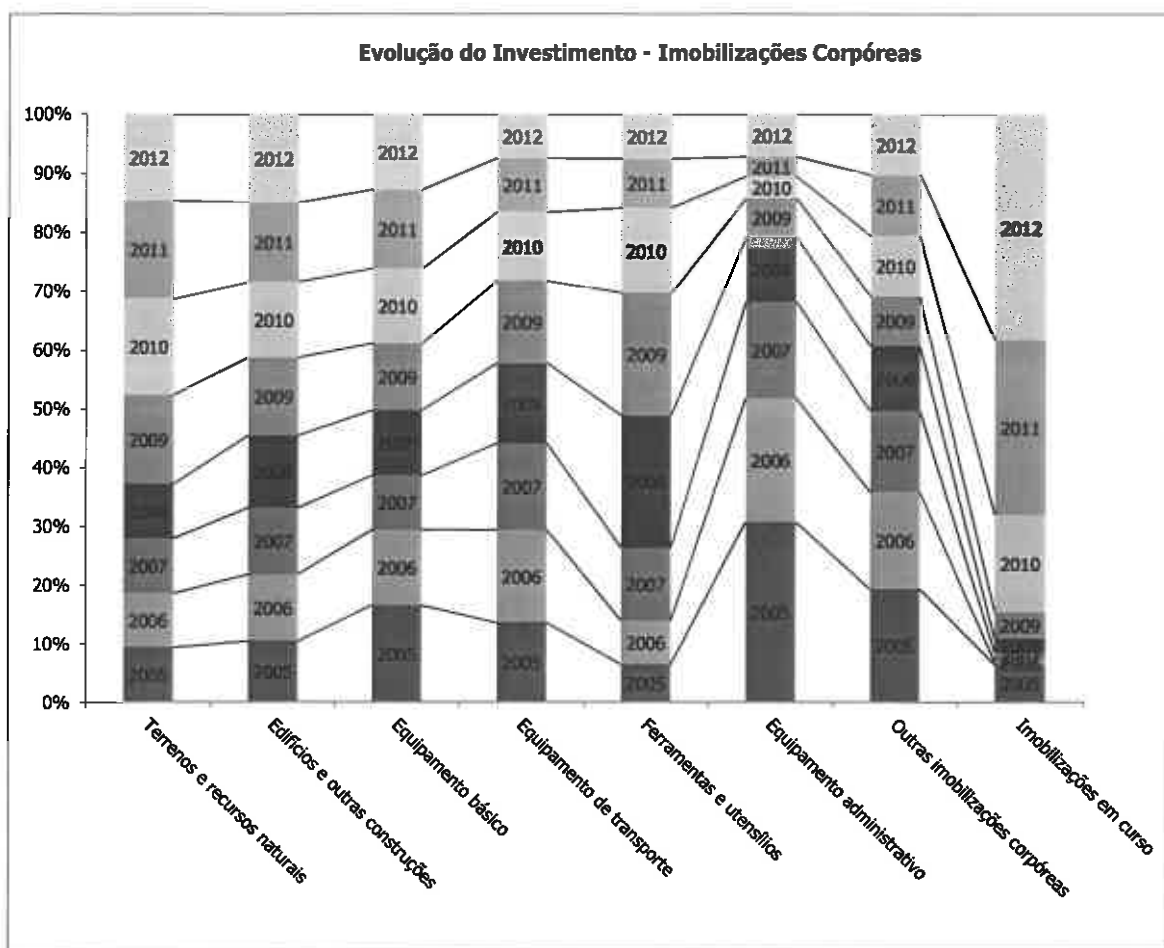
Handwritten notes and signatures in blue ink, including the acronym "RPAS" and several illegible signatures.



No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 9 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:



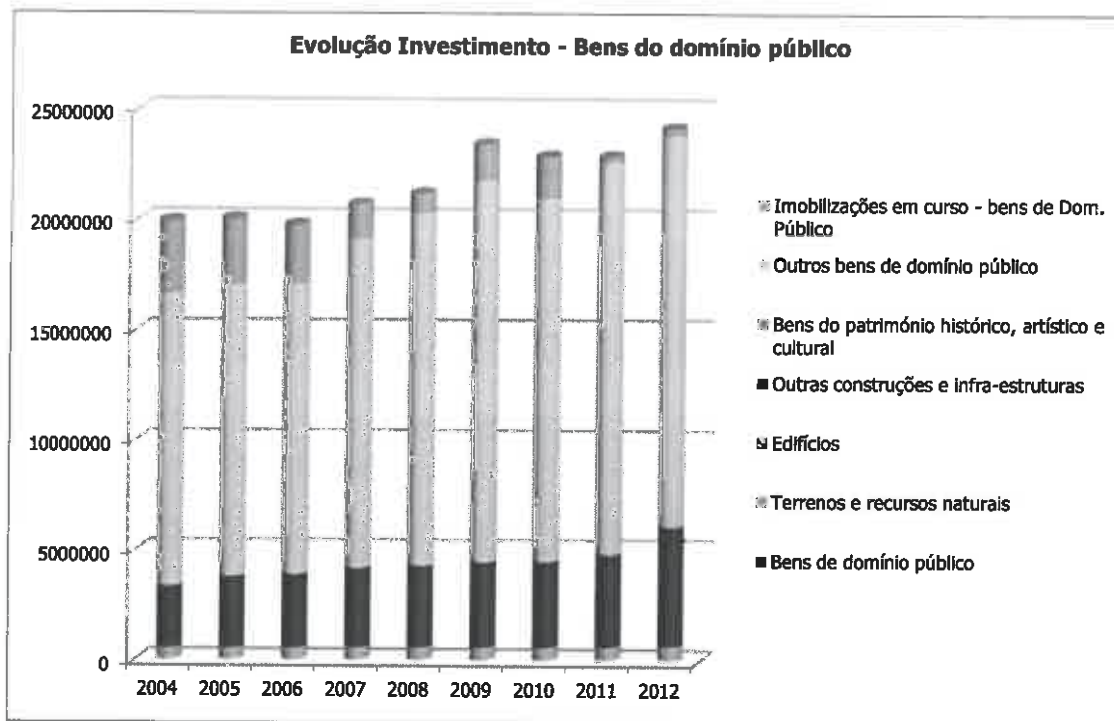
Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 8 anos:



Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Terrenos e recursos naturais	2.434.537,23	2.444.465,10	2.445.969,10	2.445.969,10	3.993.524,21	4.303.908,15	4.370.957,96	3.829.537,83
Edifícios e outras construções	12.757.260,15	13.993.779,48	13.996.062,54	15.167.839,33	16.294.485,68	15.806.463,87	16.593.726,54	18.387.818,93
Equipamento básico	483.727,31	361.147,96	261.380,80	310.727,52	318.773,14	355.817,30	378.918,36	357.527,06
Equipamento de transporte	565.302,13	661.195,69	614.923,27	569.941,43	587.735,96	487.983,21	378.831,18	311.237,67
Ferramentas e utensílios	5.734,25	6.667,91	11.141,92	20.084,73	18.644,81	12.897,89	7.426,48	6.740,58
Equipamento administrativo	286.219,76	197.103,92	152.927,39	103.233,65	60.957,89	34.877,48	31.073,93	67.066,40
Outras imobilizações corpóreas	1.528,10	1.308,83	1.089,58	876,66	663,76	813,42	813,42	813,42
Imobilizações em curso	1.033.298,78	73.476,06	265.235,57	366.838,10	738.353,18	2.664.935,25	4.792.112,76	6.164.307,35
Total	17.547.607,71	17.739.144,95	17.748.730,17	18.985.310,52	22.013.138,63	23.667.696,57	26.551.860,63	29.125.049,24

Handwritten notes:
 f e d
 RP
 RPIS
 (Large signature)
 GEF-12/12/12
 (Small signature)



Evolução da Investimento - Bens de Domínio Público

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Terrenos e recursos naturais	565.925,94	565.925,94	583.925,94	583.925,94	596.296,11	601.140,92	614.395,47	675.800,40
Edifícios	2.052,00	3.723,70	18.647,71	18.342,93	17.927,52	17.512,11	15.668,33	15.382,77
Outras construções e infra-estruturas	3.254.808,11	3.358.290,82	3.610.514,46	3.719.806,93	3.889.713,16	3.913.818,85	4.173.580,95	5.377.735,24
Bens do patri. histórico, artíst. cultural							103.754,51	106.691,90
Outros bens de domínio público	13.256.332,44	13.169.403,04	14.935.444,61	15.998.210,35	17.326.518,15	16.479.567,49	17.738.641,55	17.691.979,78
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	3.013.877,22	2.732.513,66	1.600.296,46	921.859,86	1.668.806,91	1.930.497,87	290.643,48	355.559,68
Total	20.092.995,71	19.829.857,16	20.748.829,18	21.242.146,01	23.499.261,85	22.942.537,24	22.936.684,29	24.223.149,78

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2012 registou total de custos, no valor de 10.130.392,86€, e um total de proveitos no valor de 11.434.855,14€, que originaram um resultado líquido de 1.304.462,28€.

Resultados do Exercício						Variação	
Designação	2008	2009	2010	2011	2012	Valor	%
Resultados Operacionais	278.402,21	93.576,99	137.965,46	121.191,51	187.224,61	66.033,10	54,49%
Resultados Financeiros	490.250,13	907.028,11	798.190,90	751.062,72	888.586,55	137.523,83	18,31%
Resultados Correntes	768.652,34	1.000.605,10	936.156,36	872.254,23	1.075.811,16	203.556,93	23,34%
Resultado Líquido do Exercício	878.908,20	814.697,83	791.823,76	718.530,68	1.304.462,28	585.931,60	81,55%

Do quadro acima verifica-se que todos os resultados verificaram um aumento relativamente a 2011, fruto do aumento das receitas.

Os Proveitos Operacionais continuam a ultrapassar largamente, os Custos da mesma natureza, traduzindo-se em Resultados Operacionais de 187.224,61€.

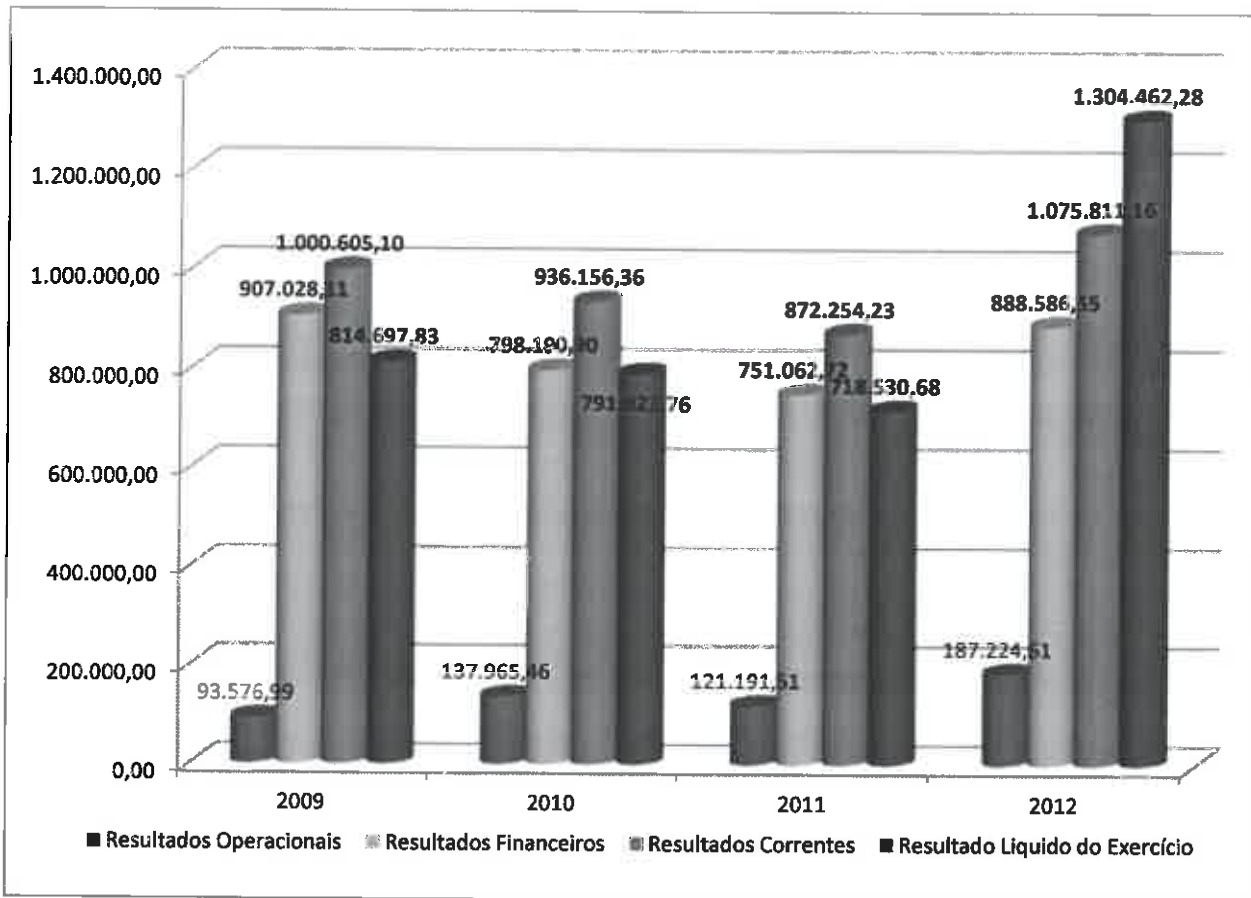
A melhoria face a 2011, resulta do aumento de proveitos, nomeadamente da arrecadação de receita: da venda de bens e prestação de serviços (mais 105.476,79); de impostos e taxas (mais 51.193,01€) e de trabalhos para a própria empresa (mais 72.549,89€);

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução positiva registando o valor em 2012 de 228.651,12€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 1.304.462,28€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

Handwritten notes and signatures:
R.P.S.
ESTABILIDADE
✱

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 33,58% e 28,72%, respetivamente.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2012 que ascendeu a 173.604,99€.

A redução dos custos e perdas financeiras resulta da diminuição do valor de juros pagos relativos ao capital em dívida de empréstimos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram uma diminuição em 2012 relativamente a 2011.

Proveitos

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.434.855,14€, os quais aumentaram 3,65% comparativamente a 2011.

A Venda e prestação de serviços representam 10% dos proveitos contabilizados e registaram um crescimento de 10,63%% relativamente a 2011. Para este aumento contribuiu a revisão do Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil, conforme o já referido na análise orçamental.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 57,2% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.067.977,83€, dos quais 1.045.028,55€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 6,73% do total da estrutura dos proveitos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RMA' and 'B. M. M.'.

Demonstração Resultados				
Contas POCAL	Exercícios			
	2012		2011	
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias				
61 consumidas:				
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	173.604,99	173.604,99	223.204,86	223.204,86
62 Fornecimentos e serviços externos	2.909.696,83		2.866.316,88	
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	2.849.773,45		2.892.729,30	
643 a 648 Encargos sociais	552.301,57	6.311.771,85	543.274,24	6.302.320,42
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	367.837,04	367.837,04	385.378,91	385.378,91
66 Amortizações do exercício	2.449.853,12		2.323.313,43	
67 Provisões do exercício	40.451,77	2.490.304,89	19.563,51	2.342.876,94
65 Outros custos e perdas operacionais	66.750,18	66.750,18	63.949,41	63.949,41
(A)		9.410.268,95		9.317.730,54
68 Custos e perdas financeiras	179.391,28	179.391,28	198.794,91	198.794,91
(C)		9.589.660,23		9.516.525,45
69 Custos e perdas extraordinárias	540.732,63	540.732,63	796.859,60	796.859,60
(E)		10.130.392,86		10.313.385,05
88 Resultado líquido do exercício	0,00	1.304.462,28	0,00	718.530,68
		11.434.855,14		11.031.915,73
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
112+711 Vendas de produtos	500.550,85		436.808,73	
712 Prestações de serviços	542.324,12		397.519,92	
713 Outros Serviços	56.099,97		77.233,52	
715 Reembolsos e Restituições	-2.200,75		-2.233,78	
716 Anulações	-47.621,99		-512,02	
714 Outras Receitas Correntes	48.881,32	1.098.033,52	83.740,36	992.556,73
72 Impostos e taxas	1.635.881,68		1.584.688,67	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	325.858,06		253.308,17	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.537.720,30		6.608.368,48	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.499.460,04	0,00	8.446.365,32
(B)		9.597.493,56		9.438.922,05
78 Proveitos e ganhos financeiros	1.067.977,83	1.067.977,83	949.857,63	949.857,63
(D)		10.665.471,39		10.388.779,68
79 Proveitos e ganhos extraordinários	769.383,75	769.383,75	643.136,05	643.136,05
(F)		11.434.855,14		11.031.915,73

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	187.224,61
Resultados Financeiros: (D)- (C)-A)	-----	888.586,55
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	1.075.811,16
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	1.304.462,28

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2012 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Saldo conta 59	-351,57
RLE 2011	1.304.462,28
Total	1.304.110,71
Reservas Legais 5%	65.223,11
Reforço de Património	1.238.887,60

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2013 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the acronym "RPAS" and a signature.

8 - Contabilidade de Custos

O principal objetivo do POCAL é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que seja uma ferramenta crucial de apoio à tomada de decisão pelos órgãos autárquicos.

Dando cumprimento ao estipulado no ponto 2.8.3.1 do POCAL, a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções.

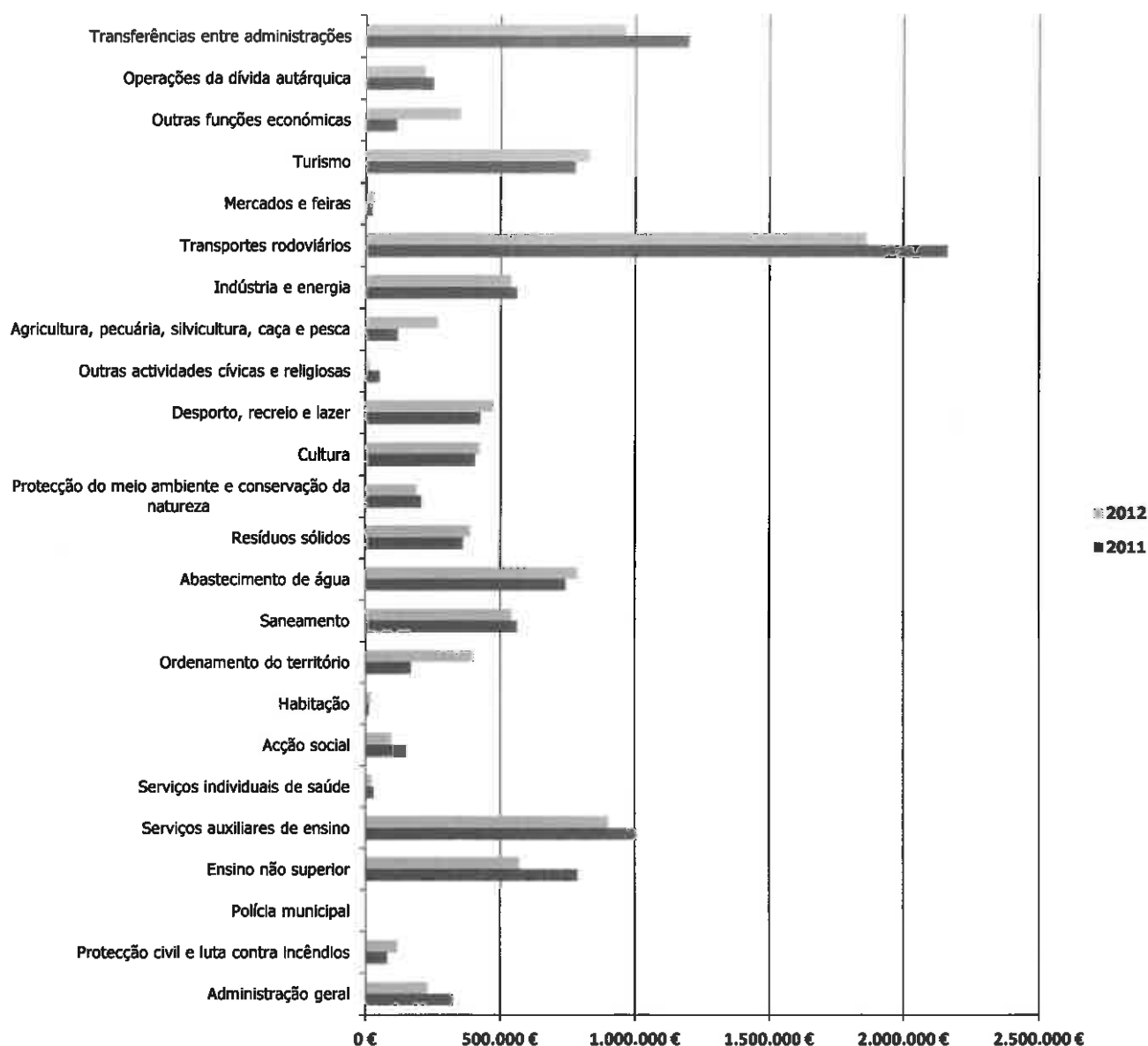
O custo das funções corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros, ponto 2.8.3.2 do POCAL. Para a soma dos custos diretos concorrem os custos de mão-de-obra direta, o custo das máquinas e viaturas e outros custos diretos, sendo que os custos de mão-de-obra e máquinas e viaturas são custos previsionais, ou seja são custos que são imputados através do custo hora apurado no ano anterior.

No ano 2012, em consonância com a prática de 2011, optou-se por repartir os custos da função 111 – Administração Geral pelas restantes funções, pelo peso considerável de custos administrativos que esta função apresenta. Manteve-se a recolha de custos por centros de responsabilidade, como também a distribuição dos proveitos pela contabilidade de custos.

A contabilidade de custos também é obrigatória no apuramento de custos por bens e serviços, mas pela exaustividade que seria apresentar essa análise, optou-se por apresentar, seguidamente, uma breve decomposição dos custos por Funções.

Funções 2012/11					
		2012		2011	
		Custo por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	348.145,07	3,39%	404.205,74	3,84%
110	Serviços gerais de administração pública	229.471,21	2,24%	324.126,63	3,08%
111	Administração geral	229.471,21	2,24%	324.126,63	3,08%
120	Segurança e ordem públicas	118.673,86	1,18%	80.079,11	0,78%
121	Protecção civil e luta contra incêndios	118.673,86	1,18%	80.079,11	0,78%
122	Polícia municipal		0,00%		0,00%
2	Funções sociais	4.841.459,91	47,20%	4.920.790,84	46,72%
210	Educação	1.475.228,36	14,38%	1.795.207,12	17,04%
211	Ensino não superior	571.660,76	5,57%	788.500,15	7,49%
212	Serviços auxiliares de ensino	903.567,60	8,81%	1.006.706,97	9,56%
220	Saúde	23.803,68	0,23%	30.966,18	0,29%
221	Serviços individuais de saúde	23.803,68	0,23%	30.966,18	0,29%
230	Segurança social	97.566,71	0,95%	152.112,81	1,44%
232	Ação social	97.566,71	0,95%	152.112,81	1,44%
240	Habituação e serviços colectivos	2.331.462,37	22,73%	2.058.283,08	19,54%
241	Habituação	21.873,15	0,21%	12.705,95	0,12%
242	Ordenamento do território	400.588,22	3,91%	169.678,22	1,61%
243	Saneamento	542.711,16	5,29%	563.235,75	5,36%
244	Abastecimento de água	787.425,39	7,68%	743.885,95	7,08%
245	Resíduos sólidos	389.076,85	3,79%	362.339,83	3,44%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	189.787,60	1,85%	206.437,36	1,98%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	913.398,79	8,90%	884.221,75	8,40%
251	Cultura	423.956,91	4,13%	405.869,91	3,85%
252	Desporto, recreio e lazer	474.685,92	4,63%	426.140,50	4,05%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	14.755,96	0,14%	52.211,34	0,50%
3	Funções económicas	3.883.048,26	37,88%	3.758.442,17	36,68%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	267.159,58	2,60%	118.860,60	1,13%
320	Indústria e energia	538.597,54	5,25%	560.460,02	5,32%
330	Transportes e comunicações	1.863.122,12	18,16%	2.160.701,47	20,51%
331	Transportes rodoviários	1.863.122,12	18,16%	2.160.701,47	20,51%
332	Transportes aéreos		0,00%		0,00%
333	Transportes fluviais		0,00%		0,00%
340	Comércio e turismo	863.277,37	8,42%	804.254,68	7,64%
341	Mercados e feiras	30.674,68	0,30%	24.304,12	0,23%
342	Turismo	832.602,69	8,12%	779.950,56	7,41%
350	Outras funções económicas	350.891,65	3,42%	114.165,40	1,08%
4	Outras funções	1.184.600,95	11,55%	1.448.959,01	13,78%
410	Operações da dívida autárquica	218.621,32	2,13%	249.393,85	2,37%
420	Transferências entre administrações	965.979,63	9,42%	1.199.565,16	11,39%
430	Diversas não especificadas		0,00%		0,00%
	Total	10.267.254,19	100,00%	10.532.397,83	100,00%

f e
APAS
EDM
EDM



Como já referido os custos da Função Administração Geral foram repartidos pelas outras funções, razão pela qual esta categoria apresenta apenas o valor de cerca de trezentos e quarenta e oito mil euros.

Pela análise feita aos valores apresentados, quer na tabela quer no gráfico, podemos verificar que é a categoria de Funções Sociais que apresenta a maior fatia de custos com cerca 47,20 % dos custos totais, face a 46,72% apresentado em 2011.

Dentro da categoria de Funções Sociais convém destacar que a maior absorção dos custos executou-se na Educação com cerca de um milhão e quatrocentos e setenta e cinco mil euros, no Abastecimento de Água com cerca de setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos euros e

no Saneamento com aproximadamente quinhentos e quarenta e três mil euros, em analogia com o ano transato.

A função Desporto, recreio e lazer e a cultura são as que apresentam maiores custos dentro da categoria dos serviços culturais, recreativos e religiosos, com cerca de 9% dos custos totais.

As Funções Económicas comparativamente com o ano 2011 relevaram um aumento de cerca de 2%, consequência do aumento da função Comércio e Turismo e Outras funções económicas que ascenderam a cerca de um milhão e duzentos mil euros face aos cerca de novecentos e dezoito mil euros apresentados em 2011. Porém e como é bem visível no gráfico, dentro desta categoria, a maior fatia de custos é absorvida pela rubrica Transportes Rodoviários registando cerca de um milhão e oitocentos e sessenta mil euros.

Na categoria de Outras Funções assistimos ao inverso da rubrica anterior, apresenta assim um decréscimo em cerca de dois pontos percentuais, fruto da redução da função 4.2.0 Transferências entre Administrações.

9. Considerações Finais

O ano económico de 2012 terminou com um saldo de gerência de 785.999,91€, sendo 385.556,71€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 400.443,10€ relativos a saldo de operações de tesouraria.